

Veículo: Varela Notícias	Bahia
Data: 29/09/20	<u>Cita Secretário</u>



BAHIA REGISTRA ECONOMIA REAL DE R\$ 5,9 BILHÕES EM CINCO ANOS



admin 29 Setembro, 2020

Em execução desde 2015 no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), como parte da reforma administrativa implantada na primeira gestão do governador Rui Costa (PT), a política de Qualidade do Gasto Público resultou numa economia real acumulada de R\$ 5,9 bilhões em cinco anos. O cálculo leva em conta a inflação do período e concentra-se nas despesas de custeio, ou seja, aquelas relacionadas aos gastos com a manutenção da administração estadual, a exemplo de água, energia e material de consumo. O dinheiro economizado, de acordo com a Sefaz – Ba, ajudou a preservar o equilíbrio das contas e a ampliar os investimentos públicos.

Em 2015, a reforma administrativa promoveu a extinção de dois mil cargos e empregos públicos, a redução do número de secretarias estaduais, de 27 para 24, e a implantação de uma equipe na Secretaria da Fazenda voltada para o monitoramento permanente das despesas com o custeio da máquina e a promoção da qualidade do gasto público. A economia obtida, de acordo com o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vítório, significou uma reversão importante, já que o padrão histórico de evolução das despesas de custeio pelo Estado nas últimas décadas vinha sendo o de crescimento equivalente à inflação ou acima desta.

O trabalho da Coordenação de Qualidade do Gasto Público, lembra Vítório, engloba uma série de ações administrativas destinadas a criar uma cultura de eficiência e controle gerencial no sistema estadual, voltada para a melhoria da gestão das despesas e a melhor aplicação das receitas. “Ao liberar recursos de custeio para investimento público,

a qualidade do gasto é diretriz estratégica para a melhoria efetiva nos indicadores de áreas como saúde, educação, segurança e emprego e renda, metas prioritárias do governo baiano”, lembra o secretário. Além disso, acrescenta, “o Estado segue dispondo de recursos para o pleno funcionamento dos serviços públicos e a garantia da paz social”.

O secretário Manoel Vitorio observa ainda que o próprio equilíbrio fiscal mantido pelo Estado ao longo de todo o período recente de sucessivas crises e dificuldades na economia brasileira tem entre seus pilares a política de qualidade do gasto, ao lado de um processo de modernização do fisco estadual, combate à sonegação e melhoria da arrecadação própria, que fez a Bahia ampliar progressivamente a sua participação no ICMS nacional nos últimos anos.

Monitoramento

A Coordenação de Qualidade do Gasto Público atua estrategicamente, acompanhando as despesas das unidades do Estado, com base no orçamento de cada órgão e secretaria. Entre as medidas de controle previstas no decreto 15.924/2015, que instituiu a nova metodologia de trabalho, está a avaliação, pela Coordenação, de todos os processos de aquisição de materiais e contratação de serviços.

“O mesmo decreto, ao tratar da execução orçamentária pelos órgãos, fundos e entidades integrantes da administração estadual, disciplinou a realização de uma série de despesas, incluindo viagens, assinatura de periódicos e contratação de consultorias”, explica a diretora de Qualidade do Gasto Público, Manuela Martinez. Os itens monitorados incluem gastos com terceirizados, serviços médicos, fornecimento de alimentação, equipamentos de informática, manutenção da frota de veículos, água, energia, material de consumo, serviços de reprografia, correios e telégrafos, manutenção de imóveis e serviços de comunicação e telecomunicação.

Pandemia

Com a crise do coronavírus, o governo baiano colocou em prática agenda emergencial que aprofundou o enxugamento da máquina, editando já no dia 20 de março o decreto 19.551/20, que instituiu uma série de medidas de redução de despesas e promovendo o redirecionamento das ordens de serviço para os servidores do fisco. As medidas foram necessárias diante de um contexto que resultou em perdas brutas de receita da ordem de R\$ 1,5 bilhão só nos meses de abril, maio e junho. A despeito do alcance limitado do pacote de ajuda aos estados proposto pelo Congresso Nacional e das apreensões quanto ao ano de 2021, não contemplado pelas medidas, o governo baiano segue em pleno funcionamento para assegurar a prestação de serviços públicos essenciais, observa o secretário Manoel Vitorio.

A manutenção do equilíbrio fiscal, enfatiza o secretário, foi responsável pela pronta atuação e pelo bom desempenho do governo baiano ante a pandemia do novo coronavírus. Com o forte avanço em infraestrutura nos últimos anos e a intensificação dos esforços desde a eclosão da pandemia, a Bahia foi um dos Estados com melhor resposta à crise sanitária. Os números referentes à taxa de letalidade da Bahia estão entre os menores do Brasil, o que demonstra o acerto das medidas adotadas, evitando o colapso da rede de saúde visto em outros estados do país.

Vitório lembra que Saúde é uma das maiores prioridades do governo Rui Costa desde o início da primeira gestão. Desde 2015, foram entregues nove novos hospitais e 16 policlínicas regionais. Entre os anos de 2015 e 2019, a aplicação de recursos ultrapassou os R\$ 25 bilhões em obras, serviços e recursos humanos. No quesito “total de despesas com saúde”, o Governo da Bahia posicionou-se como terceiro colocado dentre todos os estados em 2019, com mais de R\$ 6,159 bilhões, mesma posição no critério “investimento em saúde”, com mais de R\$ 445 milhões, atrás apenas de Minas Gerais e São Paulo, de acordo com o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS).

Foto: Pedro Moraes/GOVBA

ECONOMIA

Publicado em 29/09/2020 às 07h58.

Bahia registra economia real de R\$ 5,9 bilhões em cinco anos

Com a pandemia, governo colocou em prática agenda emergencial que aprofundou o enxugamento da máquina

Redação



Foto: Pedro Moraes/GOVBA

Em execução desde 2015 no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), como parte da reforma administrativa implantada na primeira gestão do governador Rui Costa (PT), a política de Qualidade do Gasto Público resultou numa economia real acumulada de R\$ 5,9 bilhões em cinco anos.

O cálculo leva em conta a inflação do período e concentra-se nas despesas de custeio, ou seja, aquelas relacionadas aos gastos com a manutenção da administração estadual, a exemplo de água, energia e material de consumo. O dinheiro economizado, de acordo com a Sefaz – Ba, ajudou a preservar o equilíbrio das contas e a ampliar os investimentos públicos.

Em 2015, a reforma administrativa promoveu a extinção de dois mil cargos e empregos públicos, a redução do número de secretarias estaduais, de 27 para 24, e a implantação de uma equipe na



secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, significou uma reversão importante, já que o padrão histórico de evolução das despesas de custeio pelo Estado nas últimas décadas vinha sendo o de crescimento equivalente à inflação ou acima desta.

O trabalho da Coordenação de Qualidade do Gasto Público, lembra Vitório, engloba uma série de ações administrativas destinadas a criar uma cultura de eficiência e controle gerencial no sistema estadual, voltada para a melhoria da gestão das despesas e a melhor aplicação das receitas. “Ao liberar recursos de custeio para investimento público, a qualidade do gasto é diretriz estratégica para a melhoria efetiva nos indicadores de áreas como saúde, educação, segurança e emprego e renda, metas prioritárias do governo baiano”, lembra o secretário. Além disso, acrescenta, “o Estado segue dispondo de recursos para o pleno funcionamento dos serviços públicos e a garantia da paz social”.

O secretário Manoel Vitório observa ainda que o próprio equilíbrio fiscal mantido pelo Estado ao longo de todo o período recente de sucessivas crises e dificuldades na economia brasileira tem entre seus pilares a política de qualidade do gasto, ao lado de um processo de modernização do fisco estadual, combate à sonegação e melhoria da arrecadação própria, que fez a Bahia ampliar progressivamente a sua participação no ICMS nacional nos últimos anos.

Monitoramento

A Coordenação de Qualidade do Gasto Público atua estrategicamente, acompanhando as despesas das unidades do Estado, com base no orçamento de cada órgão e secretaria. Entre as medidas de controle previstas no decreto 15.924/2015, que instituiu a nova metodologia de trabalho, está a avaliação, pela Coordenação, de todos os processos de aquisição de materiais e contratação de serviços.

“O mesmo decreto, ao tratar da execução orçamentária pelos órgãos, fundos e entidades integrantes da administração estadual, disciplinou a realização de uma série de despesas, incluindo viagens, assinatura de periódicos e contratação de consultorias”, explica a diretora de Qualidade do Gasto Público, Manuela Martinez. Os itens monitorados incluem gastos com terceirizados, serviços médicos, fornecimento de alimentação, equipamentos de informática, manutenção da frota de veículos, água, energia, material de consumo, serviços de reprografia, correios e telégrafos, manutenção de imóveis e serviços de comunicação e telecomunicação.

Pandemia

Com a crise do coronavírus, o governo baiano colocou em prática agenda emergencial que aprofundou o enxugamento da máquina, editando já no dia 20 de março o decreto 19.551/20, que instituiu uma série de medidas de redução de despesas e promovendo o redirecionamento das ordens de serviço para os servidores do fisco. As medidas foram necessárias diante de um contexto que resultou em perdas brutas de receita da ordem de R\$ 1,5 bilhão só nos meses de



O governo baiano segue em pleno funcionamento para assegurar a prestação de serviços públicos essenciais, observa o secretário Manoel Vitório.

A manutenção do equilíbrio fiscal, enfatiza o secretário, foi responsável pela pronta atuação e pelo bom desempenho do governo baiano ante a pandemia do novo coronavírus. Com o forte avanço em infraestrutura nos últimos anos e a intensificação dos esforços desde a eclosão da pandemia, a Bahia foi um dos Estados com melhor resposta à crise sanitária. Os números referentes à taxa de letalidade da Bahia estão entre os menores do Brasil, o que demonstra o acerto das medidas adotadas, evitando o colapso da rede de saúde visto em outros estados do país.

Vitório lembra que Saúde é uma das maiores prioridades do governo Rui Costa desde o início da primeira gestão. Desde 2015, foram entregues nove novos hospitais e 16 policlínicas regionais. Entre os anos de 2015 e 2019, a aplicação de recursos ultrapassou os R\$ 25 bilhões em obras, serviços e recursos humanos.

No quesito “total de despesas com saúde”, o Governo da Bahia posicionou-se como terceiro colocado dentre todos os estados em 2019, com mais de R\$ 6,159 bilhões, mesma posição no critério “investimento em saúde”, com mais de R\$ 445 milhões, atrás apenas de Minas Gerais e São Paulo, de acordo com o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS).



MAIS NOTÍCIAS

ECONOMIA 06h31 de 29/09/2020

BID e Ministério da Infraestrutura firmam acordo de R\$ 2,5 milhões para ferrovias

Incentivo é destinado tanto para projetos novos quanto para os já iniciados

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 29/09/2020	



O PORTAL OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA

Fazenda

29/09/2020 07:00

Bahia registra economia real de R\$ 5,9 bilhões em cinco anos

Em execução desde 2015 no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), como parte da reforma administrativa implantada na primeira gestão do governador Rui Costa, a política de Qualidade do Gasto Público resultou numa economia real acumulada de R\$ 5,9 bilhões em cinco anos. O cálculo leva em conta a inflação do período e concentra-se nas despesas de custeio, ou seja, aquelas relacionadas aos gastos com a manutenção da administração estadual, a exemplo de água, energia e material de consumo. O dinheiro economizado, de acordo com a Sefaz - Ba, ajudou a preservar o equilíbrio das contas e a ampliar os investimentos públicos.

Em 2015, a reforma administrativa promoveu a extinção de dois mil cargos e empregos públicos, a redução do número de secretarias estaduais, de 27 para 24, e a implantação de uma equipe na Secretaria da Fazenda voltada para o monitoramento permanente das despesas com o custeio da máquina e a promoção da qualidade do gasto público. A economia obtida, de acordo com o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, significou uma reversão importante, já que o padrão histórico de evolução das despesas de custeio pelo Estado nas últimas décadas vinha sendo o de crescimento equivalente à inflação ou acima desta.

O trabalho da Coordenação de Qualidade do Gasto Público, lembra Vitório, engloba uma série de ações administrativas destinadas a criar uma cultura de eficiência e controle gerencial no sistema estadual, voltada para a melhoria da gestão das despesas e a melhor aplicação das receitas. “Ao liberar recursos de custeio para investimento público, a qualidade do gasto é diretriz estratégica para a melhoria efetiva nos indicadores de áreas como saúde, educação, segurança e emprego e renda, metas prioritárias do governo baiano”, lembra o secretário. Além disso, acrescenta, “o Estado segue dispondo de recursos para o pleno funcionamento dos serviços públicos e a garantia da paz social”.

O secretário Manoel Vitório observa ainda que o próprio equilíbrio fiscal mantido pelo Estado ao longo de todo o período recente de sucessivas crises e dificuldades na economia brasileira tem entre seus pilares a política de qualidade do gasto, ao lado de um processo de modernização do fisco estadual, combate à sonegação e melhoria da arrecadação própria, que fez a Bahia ampliar progressivamente a sua participação no ICMS nacional nos últimos anos.

Monitoramento

A Coordenação de Qualidade do Gasto Público atua estrategicamente, acompanhando as

despesas das unidades do Estado, com base no orçamento de cada órgão e secretaria. Entre as medidas de controle previstas no decreto 15.924/2015, que instituiu a nova metodologia de trabalho, está a avaliação, pela Coordenação, de todos os processos de aquisição de materiais e contratação de serviços.

“O mesmo decreto, ao tratar da execução orçamentária pelos órgãos, fundos e entidades integrantes da administração estadual, disciplinou a realização de uma série de despesas, incluindo viagens, assinatura de periódicos e contratação de consultorias”, explica a diretora de Qualidade do Gasto Público, Manuela Martinez. Os itens monitorados incluem gastos com terceirizados, serviços médicos, fornecimento de alimentação, equipamentos de informática, manutenção da frota de veículos, água, energia, material de consumo, serviços de reprografia, correios e telégrafos, manutenção de imóveis e serviços de comunicação e telecomunicação.

Pandemia

Com a crise do coronavírus, o governo baiano colocou em prática agenda emergencial que aprofundou o enxugamento da máquina, editando já no dia 20 de março o decreto 19.551/20, que instituiu uma série de medidas de redução de despesas e promovendo o redirecionamento das ordens de serviço para os servidores do fisco. As medidas foram necessárias diante de um contexto que resultou em perdas brutas de receita da ordem de R\$ 1,5 bilhão só nos meses de abril, maio e junho. Apesar do alcance limitado do pacote de ajuda aos estados proposto pelo Congresso Nacional e das apreensões quanto ao ano de 2021, não contemplado pelas medidas, o governo baiano segue em pleno funcionamento para assegurar a prestação de serviços públicos essenciais, observa o secretário Manoel Vitório.

A manutenção do equilíbrio fiscal, enfatiza o secretário, foi responsável pela pronta atuação e pelo bom desempenho do governo baiano ante a pandemia do novo coronavírus. Com o forte avanço em infraestrutura nos últimos anos e a intensificação dos esforços desde a eclosão da pandemia, a Bahia foi um dos Estados com melhor resposta à crise sanitária. Os números referentes à taxa de letalidade da Bahia estão entre os menores do Brasil, o que demonstra o acerto das medidas adotadas, evitando o colapso da rede de saúde visto em outros estados do país.

Vitório lembra que Saúde é uma das maiores prioridades do governo Rui Costa desde o início da primeira gestão. Desde 2015, foram entregues nove novos hospitais e 16 policlínicas regionais. Entre os anos de 2015 e 2019, a aplicação de recursos ultrapassou os R\$ 25 bilhões em obras, serviços e recursos humanos.

No quesito “total de despesas com saúde”, o Governo da Bahia posicionou-se como terceiro colocado dentre todos os estados em 2019, com mais de R\$ 6,159 bilhões, mesma posição no critério “investimento em saúde”, com mais de R\$ 445 milhões, atrás apenas de Minas Gerais e São Paulo, de acordo com o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS).

Fonte: Ascom/ Sefaz

Veículo: Política Livre	
Data: 29.09.2020	Caderno: Economia



25 de setembro de 2020 | 18:46

Últimos dias para IPVA de veículos de placas de final 9 e 0 ser pago no prazo

BAHIA

Vence na próxima semana o prazo para os proprietários de veículos com placas que terminam com 9 e 0 quitarem o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) dentro do calendário estabelecido pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA). O pagamento deve ser feito até o dia 30 de setembro para as placas de final 9, data que vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde julho. Já o prazo para as placas de final 0 é o dia 1º de outubro.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e site do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-BA ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o

proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.



Estado antecipa pagamento de aposentados e pensionista no mês de setembro

28 setembro 2020

O governo baiano vai antecipar, pela sexta vez desde o início da pandemia do novo coronavírus na Bahia, o pagamento de aposentados e pensionistas estaduais. Os recursos estarão disponíveis para os cerca de 130 mil beneficiários no dia 29 de setembro. A iniciativa visa evitar a formação de filas e aglomerações nos postos e agências bancárias, como parte das medidas adotadas para contenção da disseminação do coronavírus no estado.

Já a previsão do pagamento dos servidores ativos, de acordo com a portaria nº 001/2020, da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), é para quarta-feira (30), último dia útil no mês. A tabela pode ser consultada no [Portal do Servidor](#).

Mensalmente, o governo baiano desembolsa aproximadamente R\$ 1,6 bilhão com o pagamento da folha de 280 mil pessoas, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Fonte: Ascom/ Saeb



Veículo: Bocão News	Justiça
Data: 28/09/20	



Justiça

Justiça suspende "Blitz do IPVA" em Feira de Santana



28 de Setembro de 2020 às 12:50 Por: Reprodução // Ed Santos // Acorda Cidade Por: Redação
BNews 0comentários

A Vara da Fazenda Pública de Feira de Santana aceitou o pedido de suspensão da "Blitz do IPVA", que tem resultado no recolhimento de automóveis e motocicletas ao pátio do Detran em decorrência no atraso do pagamento do Imposto sobre Veículos Automotivos (IPVA). O Governo do Estado ainda pode recorrer da decisão.

O coronel Luziel Andrade explicou ao Acorda Cidade que ainda não vai se pronunciar sobre a decisão porque o comando-geral da Polícia Militar ainda não foi notificado. A suspensão da fiscalização refere-se ao IPVA, e não ao seguro obrigatório e licenciamento.

A notícia da decisão foi dada na sessão desta segunda-feira (28) da Câmara Municipal pelo vereador autor da ação no Judiciário, Edvaldo Lima (MDB). Ele ingressou na justiça, no início do mês pedindo a suspensão desse tipo de blitz no município, apontando que “as apreensões visam o licenciamento veicular atrasado, evidenciando o desvio da finalidade da Polícia Militar, entidade de segurança pública”.

O vereador afirmou que há possibilidade de ilegalidade na apreensão de veículo e recolhimento ao pátio do Detran e salientou que a PM deveria estar atuando no combate ao crime em vez de acompanhar operações para fiscalização de tributo.

Veículo: Bocão News	Bahia
Data: 28/09/20	



Justiça suspende 'blitz do IPVA' em Feira de Santana

O governo do Estado ainda pode recorrer da decisão



Foto : Divulgação

Por Metro1 no dia 28 de Setembro de 2020 · 14:06

A Justiça suspendeu a realização de blitzes que resultam no recolhimento ao pátio do Detran de automóveis e motocicletas que estejam com o Imposto sobre Veículos Automotivos (IPVA) atrasado em Feira de Santana.

De acordo com o site Acorda Cidade, o governo do Estado ainda pode recorrer da decisão. A ação foi protocolada na Justiça pelo vereador Edvaldo Lima (MDB).

Veículo: Site Tribuna Feirense

Data: 28/09/2020

TRIBUNA
Compromisso com a verdade **FEIRENSE**

Justiça acolhe ação de vereador e decide suspender a 'Blitz do IPVA' em Feira de Santana



Foto: Reprodução - Correio24horas

A Vara da Fazenda Pública decidiu nas últimas horas suspender, em Feira de Santana, a denominada "Blitz do IPVA", como apelidada uma operação realizada com bastante frequência, na cidade, pelo Governo do Estado, que resulta na apreensão e recolhimento, ao pátio do Detran, de automóveis e motocicletas que estejam com o tributo (Imposto sobre Veículos Automotivos) atrasado.

A notícia foi dada na sessão desta segunda-feira (28) da Câmara pelo vereador autor da ação no Judiciário, Edvaldo Lima (MDB). Ele ingressou na justiça, no início do mês, pedindo a

suspensão desse tipo de blitz no Município, apontando que as apreensões visam o licenciamento veicular atrasado, evidenciando o desvio da finalidade da Polícia Militar, entidade de segurança pública. O Governo do Estado ainda pode recorrer da decisão.

Edvaldo comemorou a medida: "tenho a satisfação de dar à sociedade uma ótima notícia, a decisão do doutor Roque Rui Barbosa de Araújo (juiz da Vara da Fazenda Pública), que acabou de deferir nosso pedido de suspensão da Blitz do IPVA em Feira de Santana". O vereador vê a fiscalização inadequada por duas razões.

A primeira delas, possível ilegalidade na apreensão de veículo e recolhimento ao pátio do Detran. Defende que seja feita a notificação, mas sem impedir que o motorista siga caminho com o seu bem. A segunda é a participação de policiais militares, que segundo ele deveriam estar atuando no combate ao crime, em vez de acompanhar operações para fiscalização deste tributo. "Não vai ter mais blitz para apreender carros de pais e mães de família. As outras vão continuar. Mas a de cobrar tributos, não. Quero parabenizar a nossa justiça. Está contemplando trabalhadores que não conseguem chegar ao trabalho, pais e mães que não chegam a sua residência", diz o vereador.

Edvaldo faz a ressalva de que nada tem contra a "gloriosa Polícia Militar, mas sim à ordem do Governo do Estado". O vereador Cadmiel Pereira (DEM), considera uma "derrota do governo do PT, que usava a Polícia Militar como agente de arrecadação de tributos". Em sua opinião, é preciso usar a força militar exclusivamente no combate à criminalidade.

A TARDE

EDITORIAL *O bem maior da indústria*

Difícil estabelecer qual o bem maior na retomada econômica, se o possível aumento na oferta de empregos, o crescimento patrimonial dos investidores ou o resultado financeiro dos negócios em recuperação. Certo, porém, é o efeito animador da divulgação dos novos índices capazes de sinalizar alvissaras diante do cenário difícil enfrentado pelo mundo empresarial neste ano imprevisível.

O otimismo dispensa qualquer estilo em hipérbole, pois os números já são eloquentes: todos os 30 setores pesquisados apresentaram aumento no Índice de Confiança do Empresário Industrial, o

Icei, reputado como um dos mais críveis. A vitória sobre o temor provou, uma vez mais, ser melhor remédio, com a ultrapassagem da linha divisória dos 50 pontos a demonstrar a confiança dos empresários. Tomando como exemplo o Icei

Certo é o efeito animador dos novos índices capazes de sinalizar alvissaras diante do cenário difícil enfrentado pelo mundo

da Indústria de Transformação, o resultado é de 62,6 pontos, uma evolução de 5,1 em relação ao mês anterior, garantindo a segunda alta consecutiva.

A Confederação Nacional da Indústria tem seus bons argumentos para comemorar: após a retomada em agosto, veio a confirmação em setembro. O crescimento, considerando os meses anteriores, chega a 28,3 pontos em relação a abril, quando o índice desceu íngreme ladeira, fixando-se na marca preocupante dos 34,3 pontos.

A indústria da construção contribuiu com o quinto mês consecutivo de avanço, batendo os 56,7 pontos, enquanto a ex-

trativa subiu 2,7, ao alcançar a beira dos 60 positivos, repetindo alta contínua desde maio.

O universo de pesquisa sinaliza a representação o mais fidedigna possível do contexto das indústrias, na realidade apurada em 2.312 empresas de todo o país, entre 1 e 14 de setembro, sendo 904 de pequeno porte, 848 de médio e 560 das maiores. A leitura fria dos índices já forneceria argumento para o soltar dos rojões, mas a força dos números ganha impulso é na análise qualitativa da tendência de reabilitação da indústria, considerando o baque sofrido na inesperada retração.

A TARDE



DA REDAÇÃO

Após seis meses de pandemia, o Centro de Apoio localizado no Parque de Exposições, em Salvador, será desativado. De acordo com o gestor da Secretaria Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), Carlos Martins, o motivo seria o alto investimento com a pouca adesão ao local.

“Os centros de apoio não tiveram a adesão que esperávamos. Nós estamos, inclusive, desativando ele agora no final do mês porque é uma estrutura pesada e só tivemos 400 pessoas neste período”, disse o secretário em entrevista, na manhã de ontem, ao Isso é Bahia, na rádio A TARDE FM.

O centro foi montado pelo governo do estado para receber pacientes com Covid-19 encaminhados da rede referenciada de saúde, ou seja, das Unidades Básicas de Saúde, UPAs e hospitais.

Carlos Martins acredita que a baixa adesão da população aos centros de apoio seria pela aversão que existe a hospitais. “Isso é muito cultural. Mesmo doente, a



Shirley Stolze/ Ag. A TARDE

Carlos Martins foi o entrevistado de ontem do Isso é Bahia, na A TARDE FM

pessoa não quer se tratar e achava que o centro de acolhimento era um hospital”, explicou titular da pasta.

“Na realidade, temos toda uma estrutura de enfermeiro, médico, psicólogo, assistente social, áreas de lazer. Não era como se tivesse em uma UTI ou hospital, mas em um hotel, só que pre-

cisando de assistência médica e social”, acrescentou o secretário. Apesar de o Centro de Apoio de Salvador encerrar as atividades, os localizados no interior da Bahia vão continuar operando normalmente.

O secretário Carlos Martins também destacou que os impactos dos cortes fe-

derais em assistência social são muito fortes na Bahia. “Infelizmente, com a queda na economia e na arrecadação dos estados e municípios, nós estamos fazendo das ‘tripas coração’, para garantir funcionando dos serviços”, afirmou ele, dizendo que os cortes foram “fortes e violentos”.

A TARDE

“LUXO” Em coletiva após vitória das obras de duplicação da avenida Gal Costa, o chefe do Executivo estadual rebateu as críticas direcionadas à ideia

Rui reitera interesse em vender Parque de Exposições

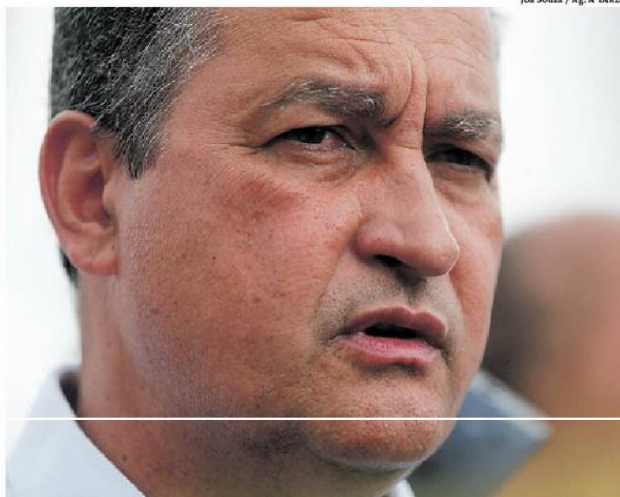
DA REDAÇÃO

A possível venda do Parque de Exposições voltou a ser defendida pelo governador Rui Costa (PT) ontem pela manhã. Em coletiva após vitória das obras de duplicação da avenida Gal Costa, o chefe do Executivo estadual rebateu as críticas recebidas, sobretudo pelo setor do agronegócio.

De acordo com o governador, a cidade não pode “se dar ao luxo” de ter um espaço obsoleto e de pouco uso numa área urbana da capital.

“O terreno é urbano, dentro de Salvador, o agronegócio tem capacidade até em parceria com estado de ajudar a montar uma estrutura fora do centro urbano para ter essas exposições. Ali não é lugar apropriado para usar uma vez no ano, duas vezes no ano. É um luxo que a Bahia e Salvador não podem pagar”, afirmou.

Rui afirmou ainda que existe disposição no governo para negociar uma espécie de parceria na construção de um espaço semelhante fora da área urbana da cidade. “Temos a disposição de conversar sobre áreas fora do centro urbano para construir lugar para gado, cavalo, que não é na principal avenida da cidade, que não é lugar apropriado para isso. Repito: se tiver toda semana atividade de exposição, movimento emprego e renda, ainda vá lá, mas usar duas vezes no ano? Não faz sentido. Se todas as associações, donos de cavalo, quiserem construir um parque, o estado está à disposição de fazer parceria com



João Souza / Ag. A TARDE

Governador defende possível construção de outro espaço fora da área urbana

eles”, completou.

Em nota, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (Faeab), representante dos produtores e dos sindicatos rurais baia-

nos, se manifestou de forma contrária à venda do equipamento. De acordo com o órgão, o Parque de Exposições é vital para a economia e o setor agrícola do estado.

Críticas

“O espaço é um equipamento público de grande importância para a economia da Bahia, não agregando apenas ao setor agropecuário, com exposição e comercialização de animais e produtos agrícolas, mas todos os segmentos produtivos, como a indústria, pela compra e venda dos insumos produzidos, e o comércio de bens, serviços e

transporte, através da geração de empregos e recolhimento de tributos ao governo durante cada evento”, afirmou a federação antes de criticar o que chamou de “ausência de diálogo com as entidades interessadas”.

“Pretender vender o Parque de Exposições sem a prévia discussão com os setores afins, como está se pretendendo fazer, é, no mínimo, demonstração de indiferença por esse segmento econômico que emprega, exporta e gera renda para toda a sociedade, é fechar um equipamento público essencial e em funcionamento”, apontou a nota.

ADAPTAÇÃO

TCE-BA retoma amanhã as atividades presenciais

DA REDAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) vai retomar amanhã as atividades presenciais. No final de semana, as instalações do prédio da Corte de Contas passaram por processo de sanitização.

O retorno vai seguir um protocolo de retomada elaborado segundo orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT) para flexibilização do isolamento social.

Na primeira fase do retorno, três grupos de servidores trabalharão em uma jornada semanal de atividade presencial de quatro horas diárias. A carga horária será complementada, por sua vez, por quatro horas de trabalho a distância.

Os servidores que se encaixam no grupo de risco vão permanecer em trabalho remoto. Além disso, seguem em trabalho eletrônico as sessões das câmaras e do Plenário, até que termine o estado de pandemia do novo coronavírus.

O atendimento ao público permanece de maneira não presencial, por meio dos canais de atendimento ao público, como protocolo virtual, telefone e e-mail.

O presidente do TCE-BA, conselheiro Gildásio Penedo Filho, tomou a decisão após consulta dos demais conselheiros e dos relatórios da Secretaria da Saúde da Bahia (Se-sab) referentes à pandemia.

Com o retorno, serão obrigatórias a utilização de máscara e a higienização do ambiente de trabalho. Uma comissão ficará responsável por analisar o avanço ou retrocesso da retomada, com base na pandemia.

“Ali não é lugar apropriado para usar uma vez, duas vezes no ano”

RUI COSTA, governador

A TARDE

CRÍTICAS Programa será financiado também por recursos que estão previstos no orçamento para pagamento de dívidas “Renda Cidadã” repercute mal em Brasília

REDAÇÃO E AGÊNCIAS

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas disse, ontem, em rede social, que proposta de usar verbas de precatórios e do principal fundo de educação básica para custear o novo programa social do governo, o Renda Cidadã, parecem “truques” para “esconder fuga do teto de gastos”.

O ministro disse ainda que o teto, que impede as despesas públicas de crescerem mais que a inflação, não tem estimulado a economia do gasto público, e sim a “criatividade” dos gestores.

O desenho idealizado pelo governo para o Renda Cidadã foi anunciado ontem após reunião entre ministros, líderes partidários e o presidente Jair Bolsonaro. Segundo o relator do Orçamento 2021, senador Márcio Bittar (MDB-AC), o programa será custeado por recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), e

por recursos previstos no orçamento para o pagamento de precatórios, ou seja, dívidas do governo já reconhecidas pela Justiça.

O valor do benefício do programa substituto do Bolsa Família, não deve chegar a R\$ 300, disse o senador. O governo vinha chamando o programa de Renda Brasil, mas agora o senador fala em Renda Cidadã.

“Financiar o Renda Cidadã com recursos destinados ao pagamento de precatórios não é admissível. O nome disso é calote”, disse um líder do Congresso. “Eles estão prometendo respeitar o teto, mas buscam uma forma de financiar o programa social fora do teto”, acrescentou o líder.

Durante a votação da renovação do Fundeb no Congresso, o governo Bolsonaro já havia tentado direcionar parte das verbas extras aprovadas para financiar o novo programa social. A proposta, porém, foi barrada pelos deputados e senadores.

O presidente da OAB, Fe-



Alan Santos/ PR

Desenho do programa foi anunciado por Bolsonaro, ministros e líderes partidários

lipe Santa Cruz, e o coordenador da Comissão de Precatórios, Eduardo Gouvêa, afirmaram, em nota, que a proposta do governo de abastecer o Renda Cidadã com dinheiro reservado para pagar dívidas da União “traz enorme insegurança jurídica”. “O que se propõe é um calote da dívida pública judicial. Mas a dívida será empurrada para os futuros gestores públicos, criando uma bomba armada para explodir no futuro. A sinalização para investidores, essenciais nesse momento em que se busca a recuperação econômica do país, não poderia ser pior”, diz a nota.

Dólar dispara

O dólar comercial fechou em alta, no maior valor de fechamento desde 20 de maio, com investidores renovando as preocupações após o anúncio do Renda Cidadã. A rolagem dos precatórios criou apreensão entre investidores que viram “calote” na manobra.

A TARDE

DINHEIRO Programa facilita acesso a empréstimos durante a pandemia da Covid-19 para pequenos negócios, que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano

Sai 1ª parcela do crédito para pequenas empresas e MEIs

WELTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

Os microempreendedores individuais (MEI), as micro e pequenas empresas passaram a ter acesso, ontem, à primeira parcela de R\$ 5 bilhões do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhinhas). O programa facilita o acesso ao crédito durante a pandemia da Covid-19 para pequenos negócios, que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano.

A liberação foi possível depois que o Conselho Monetário Nacional (CMN) ampliou, na semana passada, o escopo e o prazo para as instituições financeiras reduzirem o provisionamento (reserva) de recursos em caixa nas operações de crédito com recursos de programas federais. A medida reduz as travas que as instituições financeiras tinham para co-

meçar a emprestar.

Instituído pela Lei 14.042, de 19 de agosto, o Peac-Maquinhinhas oferecerá R\$ 10 bilhões de recursos da União, liberados em duas parcelas de R\$ 5 bilhões.

Por meio do programa, o MEI, micro e pequeno empresário pode pegar empréstimos, fornecendo como garantia os recursos a receber originados nas máquinas de cartão de crédito e de débito.

O valor do crédito está limitado ao dobro da média

mensal das vendas de bens e prestações de serviços recebidos pelas maquininhas de cartão, até o valor máximo de R\$ 50 mil. Essa média será calculada com base no período de 1º de março de 2019 e 29 de fevereiro de 2020, no período anterior à pandemia.

Garantia facilitada

O Peac-Maquinhinhas é financiado integralmente com recursos da União. Além dos recebíveis originados nas maquininhas, as operações de crédito têm garantia do Tesouro Nacional. A instituição financeira está proibida de pedir garantias adicionais, como aval ou fiança do contratante.

Em vigor até 31 de dezembro, o Peac-Maquinhinhas emprestará recursos com juros de 6% ao ano. Os financiamentos têm 30 parcelas e seis meses de carência, com o tomador começando a pagar a primeira

parcela apenas no sétimo mês, totalizando 36 meses.

A instituição financeira não poderá cobrar quaisquer tarifas, encargos ou emolumentos para a concessão de crédito no âmbito do Peac-Maquinhinhas.

O MEI, os micro e pequenos empresários poderão pedir empréstimos a partir de amanhã em qualquer canal de atendimento das instituições financeiras habilitadas a participar do programa.

Além disso, as próprias instituições participantes do programa poderão oferecer o crédito diretamente na máquina de cartão de crédito e de débito.

A lista das instituições financeiras habilitadas ao Peac está disponível na página do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) na internet: www.bndes.gov.br. O banco de fomento é o agente operador do programa.

A garantia para o empréstimo são os recursos a receber nas máquinas de cartão

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 29/09/2020	Página:

Correio*

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● O Brasil possui uma grande fila de transplantes, de doentes esperando uma oportunidade de ter uma vida mais digna. A doação pode ajudar. Pense sobre o assunto, converse com os familiares Otto Alencar

Senador e presidente estadual do PSD, ao aderir à campanha pelo aumento da doação de órgão no Brasil

Fermento no páreo

O número de candidatos a vereador na capital este ano apresentou crescimento de 50% em comparação com as eleições municipais de 2016, aponta levantamento feito ontem pela Satélite na base de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Há quatro anos, 1.056 concorrentes se inscreveram na disputa por uma vaga na Câmara de Salvador. Agora, são 1.586, distribuídos por 31 partidos. Destes, dez apresentaram a chapa completa com 65 nomes: Avante, Patriota, PDT, PMN, Podemos, PSC, PSL, PTB, PV e Republicanos. Logo abaixo, vêm PCdoB (64); PL e PSD (63); DEM, PSDB e PT (60); MDB e PTC (56); DC e Rede (50), mais Solidariedade (48), PP (46), PSB (45), Cidadania (41), Psol (38), Rede (16), Unidade Popular (30), PCO (1) e PCB (1). A lista do Pros, embora tenha 85 candidatos, traz duplicidade em pelo menos 20 nomes.

AÇÃO E REAÇÃO

O salto expressivo reflete diretamente o fim das coligações proporcionais - o que obrigou as legendas a montarem chapas puro-sangue na corrida por cargos no Poder Legislativo.

Marcha reduzida

Em toda a Bahia, também foi registrado aumento no total de candidaturas às Câmaras de Vereadores, embora bem menor que na capital. De acordo com o balanço mais atual do TSE, a média de postulantes cresceu 11% em relação à disputa passada: de 34.268 para 38.114, quase quatro mil. Como os registros estão praticamente fechados, os dados devem sofrer somente alterações pontuais.

Cessar-fogo

O duelo entre PP e PSD pelo comando da Assembleia a partir de fevereiro de 2021 foi retirado por completo da pauta de articulações tocadas pelas duas siglas. A ordem do senador Otto Alencar (PSD) e do vice-governador João Leão (PP) é esquecer o assunto até o resultado do primeiro turno, quando serão conhecidos os prefeitos da imensa maioria dos municípios baianos.

Farinha no pirão

A Bahia ficou com a segunda maior fatia da do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) destinada pelo governo federal para qualificação social e profissional em 2020, com 14%. Minas, 20% e Paraná, 11%, estão em primeiro e terceiro lugares.

Bate e volta

Integrantes do Grupo de Apoio Especial de Combate às Organizações Criminosas do Ministério Público do Estado (Gaeco), os promotores João Paulo Schoucair e Aroldo Pereira derrotaram o empreiteiro Roberto Santana, dono da construtora Grautech, na queda de braço judicial originada na Operação Adsumus. Apontado como beneficiário do esquema de corrupção na prefeitura de Santo Amaro, Santana moveu ação penal contra a dupla responsável pelo caso por supostas irregularidades na investigação, mas a tese foi rejeitada pelo presidente do Supremo, ministro Luiz Fux.

Na proa

O procurador do MPF baiano João Paulo Lordelo foi escolhido pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para a comissão de juristas que fará o texto da reforma da lei antilavagem.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 29/09/2020	Página:

Correio*

Vinte mil estudantes de Cajazeiras serão testados a partir de amanhã

REDE ESTADUAL Estudantes, professores e funcionários de 21 escolas estaduais serão testados a partir de amanhã, nos bairros de Cajazeiras IV, V, VI, VII, VIII, X, além de Fazenda Grande II, Dom Avelar, Águas Claras, Castelo Branco e Valéria. De acordo com o governo do estado, a previsão é que 20.625 estudantes, 733 professores e 524 funcionários dessas áreas sejam testados até a sexta-feira da semana que vem (9).

A iniciativa é das secretarias estaduais da Educação (SEC) e da Saúde (Sesab), com a aplicação de testes do

tipo RT-PCR, realizados pelo Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen). A ideia é contribuir para a tomada de decisão sobre a volta do ano letivo, que ainda não tem data definida.

A testagem começará pelo Colégio Estadual Batista Neves, escola-polo do bairro de Cajazeiras V, que atende a sua própria comunidade escolar e a da Escola Estadual Deputado Naomar Alcântara. Também haverá testes para a comunidade do Colégio Edvaldo Brandão Correia. O atendimento acontecerá das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Correio*

Vacina de Oxford abre novo recrutamento

TESTES NA BAHIA Estão abertas na Bahia novas inscrições para pessoas interessadas em participar da pesquisa da vacina contra a covid-19 desenvolvida por pesquisadores da Universidade de Oxford em parceria com o laboratório sueco AstraZeneca.

É preciso ter a partir de 18 anos. As inscrições são feitas pela internet, no site:

[https://red-](https://red-cap.idor.org/surveys/?s=3CLETYKCYT)

[cap.idor.org/sur-](https://red-cap.idor.org/surveys/?s=3CLETYKCYT)

[veys/?s=3CLETYKCYT](https://red-cap.idor.org/surveys/?s=3CLETYKCYT). No formulário, o interessado deve preencher dados como nome, CPF, endereço, profissão e também se já realizou algum teste ou exame para covid-19, segundo informou o portal G1.

Ainda não foi divulgado o número de voluntários que vão ser recrutados e nem

quando ocorrerá essa etapa da pesquisa.

A vacina de Oxford é aplicada em voluntários de Salvador, no Hospital São Rafael. No começo deste mês, a vacina teve os testes paralisados após reação adversa em um paciente no Reino Unido.

Quase uma semana depois, os testes voltaram a ser

Se tivermos uma segunda vacina, podemos talvez projetar 40% de vacinados no mundo
Rui Costa

Governador do estado sobre as projeções para a imunização contra a covid-19

feitos no Brasil. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) recebeu informações oficiais do governo britânico e do laboratório sobre o caso da voluntária e, no mesmo dia, anunciou que a retomada dos testes no Brasil foi aprovada.

Já no dia 15 deste mês, a Anvisa autorizou a ampliação do número de voluntários para teste da vacina de Oxford no Brasil.

Sobre outra pesquisa - da Pfizer -, o governador Rui Costa afirmou ontem que se reuniu com representantes do laboratório, e eles preveem para novembro o resultado dos testes com a vacina. No encontro, a fabricante queria conversar com representantes dos estados do Nordeste sobre qual cota de vacina desejam comprar.

“Como nós já havíamos suposto, a produção de vacina não terá essa velocidade para imunizar toda as pessoas de uma vez. Estão prevendo que, no máximo, conseguirão produzir 1,2 bilhão de doses para o ano de 2021. A população mundial é de 7 bilhões. Ou seja, vacinaríamos 20% da população. Se tivermos uma segunda vacina, podemos talvez projetar 40% de vacinados”, considerou. “Não vai ser na velocidade que esperávamos”, reforçou o governador.

Para tentar agilizar o processo, o melhor será ter várias vacinas, afirmou Rui. “Espero que tenhamos paralelamente 3, 4 vacinas sendo certificadas, sendo autorizadas, e com isso teríamos a chance ainda em 2021 de vacinar toda população”, diz.

Veículo: Correio
Data: 29/09/2020

Caderno:
Página:

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A proposta do governo de financiar o Renda Cidadã com recursos de precatórios e do Fundo Nacional de Educação é toda ruim. O Fundeb financia a educação básica e é destinado aos municípios. Teria uma parte desviada pelo governo federal para ampliar o programa de renda básica, que deixaria de se chamar Bolsa Família para dar ao presidente Bolsonaro uma plataforma eleitoral. Além disso, trata-se de contabilidade criativa, já que o Fundeb está fora do teto de gastos. O governo ampliaria despesas sem se sujeitar a esse limite fiscal. A reação do mercado financeiro foi imediata: o Ibovespa caiu, e o dólar disparou. Já a reforma tributária ninguém viu. A reunião com lideranças do Congresso terminou sem acordo pela insistência na recriação da CPMF, que o governo prefere chamar de imposto digital.

O uso do Fundeb é idêntico à antiga, mas, apesar de ruim, foi resuscitada. A novidade ontem foi a tentativa de turbinar o programa com a limitação no pagamento de precatórios em 2% da Receita Corrente Líquida (RCL) do governo federal. As receitas dos precatórios seriam recorrentes, mas financiariam despesas obrigatórias. Pelas contas

do economista Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), se isso for implementado o governo pagará apenas R\$ 16,1 bi dos R\$ 54,7 bilhões previstos no Orçamento do ano que vem. Com isso, R\$ 38,9 bilhões seriam postergados e entrariam na composição da dívida pública, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- Tudo que não for pago no prazo vira dívida. Não tem escapatória - explicou Salto.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, pediu transparência e foco ao governo e disse que é preciso regulamentar o teto de gastos. O ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União, falou que era melhor o governo não tentar mascarar as medidas. A expressão "pedalada fiscal" voltou ao vocabulário

Uso do Fundeb para programa social é contabilidade criativa, amplia despesas sem se sujeitar ao teto de gastos

dos especialistas, e muita gente lembrou que isso levou ao impeachment da ex-presidente Dilma.

Em resumo, o governo quer burlar o teto para cumprir o teto. Todo mundo viu, e o mercado financeiro não gostou. A bolsa caiu 2,4%, o dólar chegou a R\$

5,63, e o risco-país bateu nos 251 pontos. Bolsonaro deu novo passo rumo ao populismo fiscal, e o ministro Paulo Guedes novamente engoliu.

BALÃO DE ENSAIO?

A proposta do Renda Cidadã foi tão absurda que nem todo mundo se convenceu de que seja séria. Para o especialista em direito tributário Paulo Henrique Pereira, mestre pela USP e sócio da LacLaw, há pontos legais discutíveis no programa: "Não está clara qual seria a mágica: pagariam os precatórios a menor do que o previsto em lei? Desvirariam as verbas carimbadas para a educação? E o teto de gastos, seria descumprido? É necessário aguardar para avaliar se a proposta é realmente séria ou apenas mais um balão de ensaio do governo", afirmou.

'ESPÉCIE DE MORATÓRIA'

No pior momento do dia, contam os economistas Lucas Claro e Álvaro Frasson, do BTG Pactual digital, os contratos de juros com vencimento em janeiro de 2023 chegaram a subir 10%. Eles explicaram em live a clientes que o mercado entendeu o não pagamento dos precatórios como uma espécie de moratória: "E ainda teve outro ponto, era esperada a segunda fase da reforma tributária, o que não aconteceu", disse Frasson.

R\$ 10 BI PARA MICRONEGÓCIOS

O governo liberou ontem a primeira parcela de R\$ 5 bilhões da nova linha de crédito para Microempreendedores Individuais (MEI). Segundo o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, serão R\$ 10 bi de recursos, com garantia da União, juros de 6% ao ano e 36 meses para pagar. O limite de crédito será proporcional às vendas pela maquininha de cartão entre março de 2019 a fevereiro de 2020, ou seja, os 12 meses anteriores à pandemia.

POR ALVARO GRIBEL (INTERINO. A COLUNISTA ESTÁ DE FÉRIAS).

Beneficiário fora do Bolsa Família começa a receber auxílio amanhã

CRONOGRAMA ATRASADO O ministro da Cidadania - pasta responsável pelo programa de auxílio emergencial do governo federal -, Onyx Lorenzoni, garantiu ontem que o pagamento do benefício para os cadastrados que estão fora do Bolsa Família começa amanhã. Ele disse ainda que o cronograma de pagamentos seria publicado até a noite de ontem, o que não ocorreu a até o fechamento desta edição.

"Até o final da tarde, a gente publica uma portaria que estabelece o pagamento a partir de quarta-feira de mais 30 milhões de pessoas. Já devemos ter publicado no extra de hoje o anexo com calendário de pagamentos. Estamos nos detalhes finais", disse Lorenzoni à imprensa nesta segunda (28/9). "A partir de quarta-feira a Caixa começa a pagar as pessoas que não estão no Bolsa Família", garantiu o ministro.

Procurada, a assessoria de imprensa do Ministério da Cidadania disse que o calendário do auxílio emergencial de R\$ 300 para os beneficiários de fora do Bolsa Família poderia ser publicado até às 23h59 desta segunda (28), em edição extra do DOU.

A entrevista de Onyx Lorenzoni foi concedida durante reunião com o governador

●● A partir de quarta-feira (30/9) a Caixa começa a pagar as pessoas que não estão no Bolsa Família
Onyx Lorenzoni

ministro da Cidadania, pasta que gere o programa social destinado a ajudar trabalhadores informais afetados pela crise do coronavírus. A publicação do cronograma do pagamento para essa parte de beneficiários está atrasada.

mineiro Romeu Zema (Novo), em Belo Horizonte, em que anunciou liberação de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos. Lançado ontem, este programa vai contar com R\$ 6,2 milhões para permitir que estados e municípios comprem alimentos da agricultura familiar para fornecer a pessoas em situação vulnerável, sem processo licitatório.

"Grande massa de pequenos produtores rurais que tiveram renda impactada pela pandemia, devido a ausência de feira e de merenda escolar, tem enfrentado dificuldade muito grande. Este programa vem para dar estabilidade, porque ajuda quem consome e quem produz", comentou o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo).

Ainda sobre o auxílio emergencial, o ministro disse que a diferença no calendário de pagamentos do auxílio, que acontece primeiro para os beneficiários do Bolsa Família, é a mesma de outras etapas. "Desde o início a gente sempre manteve o cronograma do Bolsa Família, porque são 14 milhões e 274 mil famílias que são as famílias mais vulneráveis do Brasil".

Confiança da indústria atinge maior nível desde janeiro de 2013

PESQUISA DA FGV O Índice de Confiança da Indústria, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cresceu 8 pontos na passagem de agosto para setembro deste ano. Com o resultado, o indicador chegou a 106,7 pontos, em uma escala de 0 a 200 pontos, o maior nível desde janeiro de 2013, quando também registrou 106,7 pontos. Dezoito dos 19 segmentos industriais pesquisados registraram aumento da confiança de agosto para setembro. O Índice da Situação Atual, que mede a confiança dos empresários no momento presente, cresceu 9,5 pontos e chegou a 107,3 pontos. Já o Índice de Expectativas, que mede as expectativas para o futuro, subiu 6,3 pontos, a 105,9 pontos. "Esse resultado sugere que o pior da crise já foi superado", afirma a economista da FGV Renata de Mello Franco.

NOVO UNICÓRNI

1,7 BI

de dólares é o valor da startup Vtex, que faz soluções para o setor de comércio eletrônico. A empresa agora é uma das 13 chamadas de unicórnio do Brasil, que são aquelas que valem mais de US\$ 1 bi.

Correio*

Governo só deve enviar reforma tributária depois das eleições

IMPASSE Sem acordo com os líderes dos partidos para aprovar a reforma tributária no Congresso, o governo só deverá encaminhar ao Legislativo a próxima fase da sua proposta depois das eleições municipais, no fim de novembro, segundo o O Globo.

A projeção é de um auxiliar do governo ouvido pelo jornal. Ontem, o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), confirmou que a reforma tributária do governo prevê a criação de um imposto sobre transações com alíquota de 0,2%. Após o almoço, porém, líderes do Legislativo e do governo disseram que não chegaram a um acordo sobre a próxima fase da reforma.

A ideia de fazer uma ampla reforma com a criação de novo imposto sobre transações exigirá uma intensa negociação política, com apoio do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Afastado pela covid, Maia tem evitado falar sobre o novo imposto para não interditar o debate, a pedido do próprio governo e de lideranças da base de apoio. Mas ele continua contra a ideia, segundo parlamentares próximos.

As eleições estão previstas para os dias 15 de novembro (1º turno) e 29 de novembro (2º turno). Ao aguardar a conclusão desse processo, o governo terá cerca de um mês para aprovar a medida, já que os trabalhos do Legislativo vão até 22 de dezembro.

Se a medida só for aprovada em 2021 — o que é provável por causa do prazo curto —, as mudanças previstas só terão efeito prático em 2022, último ano do atual mandato do presidente Jair Bolsonaro.

Isso ocorreria porque a legislação prevê que mudanças no sistema de impostos só valem a partir do ano seguinte ao que forem aprovadas.

A reforma tributária vem sendo discutida desde me-



“ Se aprovada essa possibilidade de imposto, será apresentada no momento com a seguinte regra: não se pode aumentar carga tributária. A população não pode pagar mais impostos
Eduardo Gomes

Senador do MDB-TO, líder do governo no Senado, sobre o novo imposto a ser criado

dos do ano passado, mas está travada por causa da falta de consenso em relação à criação do imposto sobre transações — um ponto central da proposta elaborada pelo time do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Em julho, o Executivo encaminhou ao Congresso a primeira fase da proposta da equipe econômica, que consiste na unificação do PIS e da Cofins em um novo tributo, batizado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)

A proposta, no entanto, enfrenta resistência do setor de serviços, porque a alíquota básica seria de 12%, com possibilidade de compensação de despesas feitas ao longo da cadeia de produção.

Hoje, parte das empresas — principalmente desse segmento — podem optar por recolher PIS/Cofins por meio de um sistema no qual não têm direito a créditos e contribuem com uma alíquota de 3,65%.

A solução para vencer a resistência seria a redução da contribuição sobre salários financiada pelo novo imposto sobre transações — justamente o ponto de impasse entre equipe econômica e Congresso.



Estiveram presentes no anúncio do novo programa social o presidente Jair Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes e diversos líderes partidários

Renda Cidadã vai usar precatórios e recursos do Fundeb

Economia Substituto do Bolsa Família ainda não tem valor definido

Doris Miranda, com agências

REPORTAGEM
doris.miranda@redetania.com.br

Após negociação com líderes partidários, o governo anunciou uma proposta para o novo programa social que substituirá o Bolsa Família, batizado de Renda Cidadã. Para bancar a assistência ampliada, o projeto prevê que serão usados recursos de precatórios e do Fundeb (fundo para a educação). Precatórios são dívidas do governo cobradas após decisão judicial. Grande parte delas é de beneficiários do INSS que conseguiram por via judicial a concessão ou revisão de benefícios como aposentadoria e pensões.

No pronunciamento em que estiveram presentes o ministro Paulo Guedes, líderes partidários e o presidente Jair Bolsonaro não foi informado, porém, de quem partiu a proposta - se do Congresso ou da equipe econômica. Segundo assessores de Guedes, o benefício médio no novo programa deve ser de R\$ 300, meta dada por Bolsonaro. No entanto, no Congresso, não há previsão do valor nas simulações feitas até agora - hoje, R\$ 300 é o valor do auxílio emergencial, pago até dezembro.

A solução para bancar o programa foi encontrada após Bolsonaro vetar a extinção de outros programas existentes hoje para custear o benefício. A proposta anunciada nesta segunda-feira, no entanto, é alvo de críticas de especialistas, parlamentares e do Tribunal de Contas da União. A informação foi apresenta-

♦♦♦ **O Brasil, segundo a orientação do Paulo Guedes, tem que voltar à normalidade o mais rapidamente possível. Estamos buscando recursos com responsabilidade fiscal e respeitando a lei do teto. Queremos demonstrar à sociedade e ao investidor que o Brasil é um país confiável.**

De acordo com o relator do Orçamento de 2021, senador Márcio Bittar, além do atual orçamento do Bolsa Família, o governo prevê duas outras fontes de recursos para o programa. A primeira é a limitação dos gastos com precatórios a 2% da receita corrente líquida - o que em 2021 equivalerá R\$ 16 bilhões, segundo técnicos do Congresso.

DESPESAS
No ano que vem, o Orçamento prevê cerca de R\$ 55 bilhões para pagar precatórios. Essa diferença, de R\$ 39 bilhões, que sobraría com a nova regra, seria destinada ao novo programa social. O orçamento do novo programa não foi anunciado - 2020 finaliza com o Bolsa Família custando R\$ 32,5 bilhões. Para 2021, o orçamento seria de R\$ 34,8 bilhões. O governo

da após reunião no Palácio da Alvorada com Bolsonaro, ministros, deputados e senadores, quando o presidente disse que o governo trabalha com zelo fiscal e tem compromisso com o teto de gastos: "O Brasil, segundo a orientação do Paulo Guedes, tem que voltar à normalidade o mais rapidamente possível. Estamos buscando recursos com responsabilidade fiscal e respeitando a lei do teto. Queremos demonstrar à sociedade e ao investidor que o Brasil é um país confiável".

de após reunião no Palácio da Alvorada com Bolsonaro, ministros, deputados e senadores, quando o presidente disse que o governo trabalha com zelo fiscal e tem compromisso com o teto de gastos: "O Brasil, segundo a orientação do Paulo Guedes, tem que voltar à normalidade o mais rapidamente possível. Estamos buscando recursos com responsabilidade fiscal e respeitando a lei do teto. Queremos demonstrar à sociedade e ao investidor que o Brasil é um país confiável".

quer juntar os dois recursos. Em outra frente, o plano propõe que parte da ampliação de verba do Fundeb seja deslocada para que beneficiários do programa mantenham seus filhos na escola. Esse ponto, porém, não foi detalhado mas a equipe econômica já havia defendido o uso dessa verba para bancar vouchers de educação. Especialistas em contas públicas questionam a legalidade dessas fontes. "O uso de precatórios para financiar o Renda Brasil se trata de contabilidade criativa. Despesa com sentenças judiciais e precatórios é despesa obrigatória", disse Marcos Mendes, que participou da elaboração da regra do teto, que limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior. "A União já foi condenada a fazer o pagamento. Postergar esse pagamento para usar o dinheiro para pagar outra despesa é como tomar emprestado dos credores para aumentar gasto", completou.

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente, órgão ligado ao Senado, Felipe Salto, criticou as duas ideias apresentadas: "Limitar pagamento de precatórios é eufemismo para dizer que se empurrará com a barriga um pedaço relevante dessas despesas obrigatórias. Não se cancelou um centavo de gasto. Quanto a usar 5% do Fundeb, é preocupante, pois pode representar bypass no teto de gastos".

Menos de uma hora depois de anunciada, a proposta também já era alvo de críticas até na cúpula do Congresso. Auxiliares do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, consideraram que financiar o Renda Cidadã com recursos destinados ao pagamento de precatórios é inadmissível e classificaram a medida como calote.

Analistas políticos do mercado financeiro afirmaram que a reação imediata, após o anúncio, foi de "caos". A avaliação feita é que o governo está colocando "dívida sobre dívida", ou seja, é como se o governo penhorasse uma dívida para fazer mais dívida. Para o analista político da Tendências Consultoria, Rafael Cortez, o anúncio "é decepcionante do ponto de vista da agenda de redução do risco fiscal". "Essa política de precatórios é na verdade uma postergação de gastos".

No Tribunal de Contas da União e no Congresso, a proposta foi vista como uma maneira de turbinar o programa social com uma "contabilidade criativa, uma pedalada". De acordo com a entidade, seriam 2.700 municípios e 17 milhões de estudantes afetados, "principalmente aqueles das creches e pré-escolas".

Mercado não recebeu proposta com otimismo

O anúncio de que o governo Bolsonaro quer usar verbas de precatórios e do Fundeb foi mal recebido por investidores. Para os operadores em bolsa, a percepção é de que o governo vai criar gastos sem indicar cortes, além de não ter apresentado uma proposta de reforma tributária.

Durante a tarde desta segunda-feira, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros, se reuniu virtualmente com dezenas de investidores e economistas das principais empresas de investimentos e bancos. Ele tentou justificar as medidas e sinalizou que há apoio no Congresso para aprovar o Renda Cidadã. A Bolsa de Valores operou em queda e o dólar registrou alta.

Analistas políticos do mercado financeiro afirmaram que a reação imediata, após o anúncio, foi de "caos". A avaliação feita é que o governo está colocando "dívida sobre dívida", ou seja, é como se o governo penhorasse uma dívida para fazer mais dívida. Para o analista político da Tendências Consultoria, Rafael Cortez, o anúncio "é decepcionante do ponto de vista da agenda de redução do risco fiscal". "Essa política de precatórios é na verdade uma postergação de gastos".

No Tribunal de Contas da União e no Congresso, a proposta foi vista como uma maneira de turbinar o programa social com uma "contabilidade criativa, uma pedalada". De acordo com a entidade, seriam 2.700 municípios e 17 milhões de estudantes afetados, "principalmente aqueles das creches e pré-escolas".

O ministro Bruno Dantas, do TCU, também se manifestou contra a proposta em uma rede social. Na avaliação dele, tentar mudar o teto de gastos com a PEC mercantil é juridicamente possível, mas o "problema é o significado político para o compromisso com gestão fiscal responsável".

No Senado, até aliados do governo se manifestaram reticentes. O líder do PL na Casa, Jorge Mello, afirmou que a ideia do governo em relação ao Renda Cidadã é importante, mas a fonte de recurso ainda não existe. "O governo precisa encontrar a fonte de recurso. Por enquanto, ainda não tem". Líder do PSL no Senado, Major Olimpio afirmou que o governo pode até tentar, mas não conseguirá apoio para que a proposta avance no Congresso.

Tribuna

Raio Laser

Substituto

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), foi eleito, por unanimidade, presidente do Consórcio Nordeste, em substituição ao governador Rui Costa (PT), que dirigiu a instituição desde a sua criação. A votação aconteceu durante um encontro, por meio de uma



Wellington Dias

videoconferência, entre os chefes do poder executivo dos nove estados do Nordeste que integram o colegiado, ontem. "Nós vamos trabalhar a gestão, a integração do Nordeste, um projeto de desenvolvimento, o Nordeste conectado, a infraestrutura do Nordeste, o turismo, a economia, a relação internacional, essa área relacionada à agricultura familiar, seja, toda uma política de saúde, segurança, educação integrada para o desenvolvimento, para o bem da população do Nordeste", destacou Wellington Dias.

Justificativa

Em conversa com a imprensa ontem, o governador Rui Costa (PT) voltou a defender a venda do Parque de Exposições, em Salvador, proposta que contraria o seu vice, João Leão, e seu filho, o deputado federal Cacá Leão, ambos do PP. Para o petista, o Estado não pode bancar uma estrutura com "dois ou três" eventos durante o ano. "A Bahia e Salvador não podem pagar para manter a estrutura dentro do eixo urbano próximo a uma das avenidas mais movimentadas da cidade", declarou.

Gestão

"Reduzimos custos e fortalecemos ações regionais sob a gestão de Rui Costa. Continuaremos trabalhando por um projeto de desenvolvimento integrado, com o Nordeste conectado", afirmou o novo presidente, em nota. "Um marco importante que garantiu a união de nossos esforços em torno de objetivos comuns, para gerar mais desenvolvimento na região", acrescentou. Eleito em março de 2019, o governador da Bahia liderou a primeira compra coletiva realizada pelo consórcio, que gerou uma economia de R\$ 50 milhões aos cofres públicos. Rui também esteve à frente do grupo durante missão internacional que resultou em parcerias e negociações dos estados nordestinos com países europeus. A gestão do presidente eleito nesta segunda tem início em janeiro.

TCE

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia retomará suas atividades presenciais a partir de amanhã. No último fim de semana, todas as instalações do prédio do Tribunal passaram por novo e completo processo de sanitização. A decisão de reiniciar as atividades presenciais foi tomada pelo presidente do TCE, conselheiro Gildásio Penedo Filho, após consulta aos demais conselheiros e considerar os dados dos relatórios diários divulgados pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) relativos à pandemia, bem como o aumento da capacidade de atendimento às demandas por leitos hospitalares na cidade de Salvador.

FORA DE SALVADOR

Rui defende estrutura alternativa ao Parque de Exposições



O GOVERNADOR Rui Costa (PT) voltou a defender a venda do Parque de Exposições, em Salvador

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O governador Rui Costa (PT) voltou a defender a venda do Parque de Exposições, em Salvador. Para o petista, o Estado não pode bancar uma estrutura com "dois ou três" eventos durante o ano. "A Bahia e Salvador não podem pagar para manter a estrutura dentro do eixo urbano próximo a uma das avenidas mais movimentadas da cidade", declarou. Ele defendeu que seja construída uma estrutura fora da cidade.

A venda do Parque de Exposições vem causando polêmica. A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB), representante dos produtores e Sindicatos Rurais baianos, em conjunto com outras instituições, manifestou discordância com a venda.

"O espaço é um equipamento público de grande importância para a economia da Bahia, não agregando apenas ao setor Agropecuário, com exposição e comercialização de animais e produtos agrícolas, mas todos os segmentos produtivos, como a Indústria, pela compra e venda dos insumos produzidos, e o Comércio de bens, Serviços e Transporte, através da geração de empregos e recolhimento de tributos ao Governo durante cada evento", declarou, em nota.

O deputado estadual Sandro Régis (Democratas), líder da oposição na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), por sua vez, também teceu críticas. Para ele, o Parque de Exposições é um equipamento importante para o Agro do estado por ser palco de eventos importantes, que valorizam e atra-

em ainda mais investimentos para a área. "O governador precisa vir a público para explicar os motivos dessa venda de um ativo tão importante para o estado. Essa é uma sinalização muito ruim do governo de desvalorização de um setor que gera tantos empregos e que representa mais de 20% da economia do estado", disse.

Rui minimizou a polêmica. "Se tivesse toda semana atividades de exposições, movimentando emprego e renda, ainda vá lá. Mas, para usar duas vezes no ano? Ter uma área enorme daquela paralisada, sem gerar atividade econômica, não faz sentido nenhum". O governador da Bahia sugeriu a construção de um novo espaço para receber os eventos.

"Temos a disposição de conversar de áreas fora do

centro urbano para construir lugar para gado, cavalo que não é na principal avenida da cidade que não é lugar apropriado para isso. Repito: se tiver toda semana atividade de exposição, movimento emprego e renda, ainda vá lá, mas usar duas vezes no ano? Não faz sentido. Se todas as associações, donos de cavalo, quiserem construir uma parte, o Estado está a disposição de fazer parceria com eles", acrescentou.

"O agronegócio tem capacidade, até em parceria com o Estado, de ajudar a montar uma estrutura fora do centro urbano para poder ter essas exposições. Todos as associações, donos de cavalos, de carro, quiserem construir um parque, o Estado terá disposição de fazer com eles em um terreno fora da cidade. Ali não é o lugar apropriado", disse.

Tribuna

Renda Cidadã será paga com precatórios e Fundeb

IDIANATOMAZELLI, ADRIANA FERNANDES E EMILLY BEHNKE, O ESTADO DE S. PAULO

O Renda Cidadã, o novo programa social do governo, será financiado com o dinheiro reservado no Orçamento para o pagamento de precatórios e recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), o principal mecanismo de financiamento da educação. A proposta do novo programa social, anunciada pouco mais de dez dias depois de o presidente Jair Bolsonaro ter dito que continuaria com o Bolsa Família até 2022, não foi bem recebida no Congresso, que vê uma espécie de calote por parte do governo.

O anúncio foi feito ontem durante reunião do presidente Jair Bolsonaro, líderes do governo, partidos e o ministro da Economia, Paulo Guedes.

O programa será incluído na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial, segundo informou o relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC). Bittar informou que a proposta usa parte dos recursos dos precatórios para financiar o Renda Cidadã. A proposta fixa 2% da receita corrente líquida



NO CONGRESSO

Proposta tem o aval do presidente Jair Bolsonaro

para pagar os precatórios. O montante que sobrar nessa conta, limitado a R\$ 55 bilhões, será destinado ao programa social. "O que sobrar vai para o Renda Cidadã", disse.

Os precatórios são valores devidos a pessoas físicas ou jurídicas após sentença definitiva na Justiça. Ou seja, o governo vai destinar um valor menor para quitar suas dívidas com empresas e pessoas físicas, o que deve tornar a espera por esses pagamentos ainda maior.

A proposta não foi bem recebida no Congresso, que vê uma espécie de calote por parte do governo.

O Estadão apurou que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não gostou da ideia do governo de financiar o Renda Cidadã com recursos destinados ao pagamento de precatórios porque a medida ser considerada como calote. Ele também criticou o uso do dinheiro do Fundeb, que fica fora do teto de gastos, para abastecer o novo programa.

O relator informou que até 5% do novo recurso para o Fundeb será deslocada para que beneficiários do programa mantenham seus filhos na escola, mas não deu detalhes. Essa ideia já foi proposta pela equipe econômica na época de votação do novo Fundeb, mas foi vetada pelo Congresso.

Bittar já tinha dito ao Estadão que o novo programa social deve ter cerca de R\$ 30 bilhões a mais do que o Bolsa Família. O Bolsa Família atende atualmente a 14,28 milhões de famílias no Brasil. O Orçamento para 2021 está previsto em R\$ 34,9 bilhões. Ou seja, com a reformulação, o valor gasto pela União pode passar dos R\$ 60 bilhões no próximo ano. O parlamentar não deu outros detalhes sobre o Renda Cidadã, como o valor do benefício ou quando deverá começar a ser pago.

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), disse que o novo programa social Renda Cidadã não vai furar o teto de gastos. "Chegamos à conclusão neste momento que teremos a apresentação do Renda Cidadã, dentro do teto de gastos, para atender os milhões de brasileiros que recebem o auxílio emergencial", disse o deputado.

SEM CONSENSO

Nova CPMF ainda não vai ao Congresso nacional

Sem consenso na base, o governo Jair Bolsonaro (sem partido) ainda não enviará a proposta para criar um imposto nos moldes da extinta CPMF (imposto sobre transações digitais). Após reunião na manhã de ontem, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), disse que "não houve acordo sobre um texto possível" e que continuam "avançando". "Reforma tributária ainda não houve

um acordo com os senhores líderes sobre um texto possível. Nós continuaremos trabalhando para que ela possa avançar" diz Barros.

A declaração aconteceu após reunião entre Bolsonaro e líderes de partidos da base e simpáticos ao governo e ministros da articulação política e o da Economia, Paulo Guedes. Há mais de um ano o governo promete, mas não envia sua proposta de reforma tributária ao Con-

gresso. Em julho, foi encaminhada a primeira de quatro partes da reformulação estudada do governo. A promessa era enviar novos trechos em agosto, o que não aconteceu. Com as falas de Barros, hoje, o governo deixou claro que seu texto ainda não está pronto e não será enviado para análise dos parlamentares.

No Congresso duas PECs (Proposta de Emenda à Constituição) são dis-

cutidas. O relator que busca um texto consensual, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), não participou da reunião de hoje. À tarde ele estará na audiência que discute o projeto, virtualmente, no Congresso. A intenção do governo é criar um imposto sem aumento da carga tributária. Isso aconteceria com compensações, por exemplo, na tributação da folha. O tema tem resistência no Parlamento.

Tribuna

Como a pandemia pode acelerar a desindustrialização do Brasil

CAMILLA VERAS MOTA -
@CAVMOTA
DA BBC BRASIL EM SÃO
PAULO

A covid-19 parou o mundo e derrubou a atividade industrial em dezenas de países, ricos, emergentes e pobres.

Os dados divulgados neste mês pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido) mostram quedas de dois dígitos em todas as regiões.

Levando em consideração o segundo trimestre deste ano, que concentrou a maior parte das perdas, o tombo foi de 12,9% na Ásia, de 16,5% na América do Norte, de 19,3% na Europa e de expressivos 24,2% na América Latina, quando se compara ao mesmo período do ano passado.

No ranking de países elaborado pelo Instituto de

Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) com base dados da Unido e antecipado à BBC News Brasil, o Brasil aparece em 26º lugar entre 43 países, levando-se em consideração o intervalo de janeiro a junho ou a julho, a depender do país.

Nesse intervalo, a atividade industrial contraiu 9,7%, desempenho que coloca o país no lado de baixo da lista, mas ainda à frente de países europeus que amargaram resultados ainda piores: Portugal (-12,1%), Alemanha (-14,5%), Espanha (-15,2%), França (-15,4%) e Itália (-18,3%), que aparece em último lugar.

A magnitude menor pode dar a falsa sensação de que a posição do Brasil é mais confortável.

Mas, para o economista responsável pelo estudo, Rafael Cagnin, mesmo que o país mantivesse os meca-

nismos que suavizaram os choques negativos da covid-19 e retomasse a agenda de reformas, como a tributária, a situação do Brasil ainda seria "mais adversa".

Isso porque, avalia ele, a pandemia deve acelerar dois processos que já vinham fazendo o país perder espaço na indústria global.

A INDÚSTRIA 4.0 E O 'RESHORING'

Na última década, o avanço tecnológico permitiu que indústrias em todo o mundo passassem por profundas mudanças.

Processos antes realizados por dezenas de trabalhadores foram automatizados, o armazenamento e processamento de dados em nuvem permitiu que as empresas minimizassem perdas e tornassem alguns processos mais eficientes (o que, em última instância, ajuda a aumentar as margens de lucro).

IGP-M pressiona contratos de aluguel e acumula alta de 13,2 por cento

FABRÍCIO DE CASTRO,
EDUARDO RODRIGUES, O
ESTADO DE S. PAULO

Indexador usado para corrigir contratos de aluguel de imóveis, o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) deve fechar o ano com variação até cinco vezes maior do que o índice que geralmente é usado como parâmetro para os reajustes de salários. O IGP-M já acumula alta de 13,02% nos 12 meses encerrados em agosto e a previsão é bater em 15,28% até dezembro, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) deve ficar em 2,45%.

Se essas projeções se confirmarem, um contrato de R\$ 3 mil e aniversário em janeiro de 2021 poderá chegar a R\$ 3.458,40, caso não haja uma renegociação entre locador e locatário. Calculado pela Fundação Getú-

lio Vargas (FGV), o IGP-M também bate com folga o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 12 meses, o indicador usado para medir a inflação oficial do País está em 2,44%.

A discrepância está ligada à metodologia de cálculo dos índices. "A primeira grande diferença é que o IGP-M não é um índice 'construído', mas sim a média ponderada de três outros índices", diz o economista André Braz, coordenador do índice de Preços ao Consumidor da FGV.

O primeiro componente do IGP-M está ligado aos preços no atacado para produtores, com peso de 60%. Os preços no varejo para os consumidores têm peso de 30% e na construção civil, de 10%. A pressão atual está justamente no atacado

— ou na "inflação da porta da fábrica", como dizem os economistas.

Com a pandemia, os preços de várias commodities subiram, em meio à demanda maior vinda de outros países. Apenas em agosto, a soja em grão subiu 7%. "A economia global puxa a demanda por commodities para cima e, por consequência, toda a cadeia de derivados", diz Braz. "A desvalorização cambial (alta do dólar) também tem pesado bastante. Ela foi de 30% nos últimos 12 meses e ganhou mais fôlego durante a pandemia."

Já o IPCA é calculado com base numa ampla base de preços ao consumidor. Se por um lado o preço do arroz ficou mais alto, por outro há queda de custos em serviços como hotelaria e passagens aéreas, por exemplo.

O GLOBO

Reforma tributária pode ficar para depois da eleição

Envio da segunda fase do projeto esbarra na falta de acordo para o novo imposto sobre transações, saída encontrada para ampliar desoneração da folha. Líder do governo diz que texto só será apresentado quando houver apoio de 340 deputados

GERALDA DOCA
E MARCELLO CORRÊA
@GloboEconomi
PR.SIA

Sem acordo com os líderes dos partidos para aprovar a reforma tributária no Congresso, o governo só deverá encaminhar ao Legislativo a próxima fase da sua proposta depois das eleições municipais, no fim de novembro, segundo dois auxiliares do governo ouvidos pelo GLOBO. O impasse é causado principalmente pela dificuldade de obter apoio para a criação de um imposto sobre transações financeiras, defendido pela equipe econômica para compensar uma ampla desoneração da folha de pagamento.

A apresentação do projeto chegou a ser prevista para ontem, mas o recuo foi decidido pelo próprio presidente Jair Bolsonaro e líderes da base durante uma reunião. Segundo fontes que participaram das reuniões ao longo do fim de semana, havia uma sinalização até domingo à noite de que um acordo seria possível.

Pela manhã, o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), chegou a confirmar que o governo proporia a criação de um tributo com alíquota de 0,2%. Horas depois, no entanto, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-

PR), anunciou que o plano havia sido adiado.

— (Sobre a) reforma tributária, ainda não houve um acordo com os líderes sobre um texto possível e continuaremos trabalhando — disse o deputado.

Mais tarde, em entrevista ao GLOBO, Barros afirmou que a ideia é só apresentar o texto quando o Executivo garantir o apoio de 340 dos 513 deputados. Para aprovar uma proposta de emenda à Constituição (PEC), como a reforma tributária, são necessários no mínimo 308 votos favoráveis na Câmara, em dois turnos de votação. No Senado, é preciso obter 41 de 81 votos possíveis, também em duas rodadas.

— Vamos criar alternativas para construir uma maioria que garanta pelo menos 340 votos a fim de ter segurança para pôr a proposta em votação. Foram propostos 18 itens, e eu não vou dizer qual tem maior resistência. Podemos alterar o texto, mas isso precisa passar pelo presidente Jair Bolsonaro, pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelos líderes dos partidos — disse o deputado.

QUESTÃO DE 'TIMING' POLÍTICO

Segundo uma fonte, a ideia de fazer uma ampla reforma com a criação de novo imposto sobre transações exi-



Construção de apoio. Ricardo Barros: Líderes partidários fizeram 13 sugestões para alterar a proposta de reforma

girá uma intensa negociação política, com apoio do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Afastado pela Covid-19, Maia tem evitado falar sobre o novo imposto para não interditar o debate, a pedido do próprio governo e de lideranças da base de apoio. Mas ele continua a não apoiar a ideia, segundo parlamentares próximos.

As eleições estão previstas para os dias 15 de novembro (primeiro turno) e 29 de novembro (segundo turno). Ao aguardar a conclusão desse processo, o governo terá cerca de um mês para aprovar a medida, já que os

trabalhos do Legislativo vão até 22 de dezembro. Caso o texto só seja lançado depois do segundo turno, por exemplo, o prazo será de apenas 22 dias corridos.

Se a medida só for aprovada em 2021 — mesmo que logo no início do ano —, as mudanças previstas só terão efeito prático em 2022, último ano do primeiro mandato do presidente Jair Bolsonaro. Isso ocorreria porque a legislação prevê que mudanças no sistema de impostos só valem a partir do ano seguinte ao que forem aprovadas.

Apesar do impasse, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que a

JORGE LLUM/23-09-2020

continuamos estudando esse capítulo particularmente na reformatributária. O resto praticamente já está acertado. Estamos trabalhando.

VETO DE BOLSONARO

Com a dificuldade para desfrutar a proposta, auxiliares de Guedes e parlamentares já admitem a possibilidade de que o veto do presidente Jair Bolsonaro à prorrogação da desoneração da folha de pagamento que beneficia 17 setores intensivos em mão de obra seja derrubado no Congresso.

Hoje, esses segmentos, que juntos empregam seis milhões de trabalhadores, têm direito a substituir a contribuição de 20% sobre salários por uma alíquota de até 4,5% sobre o faturamento. O prazo de validade deste benefício foi estendido do fim deste ano para dezembro de 2021 pelo Congresso. Bolsonaro, no entanto, vetou a proposta por recomendação da área técnica do governo.

A sessão para analisar este veto presidencial está prevista para esta quarta-feira, mas ainda há chance de que a reunião seja novamente adiada. Governo e Congresso tentam ganhar tempo para assegurar que, mesmo que o veto seja derrubado, isso seja feito por acordo.

proposta da área técnica já está pronta, mas é preciso aguardar o timing político para avançar nas discussões. A equipe econômica pretende zerar a contribuição sobre a folha para contratos de até um salário mínimo e reduzir o tributo de 20% para 15% nas demais faixas salariais. O objetivo é ampliar a geração de vagas formais.

— Nós temos a nossa proposta praticamente pronta, agora é a política que dá o timing — disse Guedes, após a reunião no Alvorada. — O Brasil é um país que precisa criar emprego em massa. Do ponto de vista político,

mercado

Governo quer usar recursos do Fundeb e de precatórios em novo Bolsa Família

Especialistas consideram desvio de recursos uma manobra contábil que beira o calote e fere o teto de gastos

BRASÍLIA Após negociação com líderes partidários, o governo anunciou uma proposta para o novo programa social que substituirá o Bolsa Família, batizado de Renda Cidadã. Para bancar a assistência ampliada, o projeto prevê que serão usados recursos de precatórios e do Fundeb (fundo para a educação).

Precatórios são dívidas do governo cobradas após decisão judicial. Grande parte delas são de beneficiários do INSS que conseguiram por via judicial a concessão ou revisão de benefícios como aposentadoria e pensões.

A solução para bancar o programa foi encontrada após o presidente Jair Bolsonaro vetar a extinção de outros programas existentes hoje para custear o benefício. A proposta anunciada nesta segunda-feira (28), no entanto, é alvo de críticas de especialistas, parlamentares e do TCU (Tribunal de Contas da União).

A informação foi apresentada após reunião no Palácio da Alvorada com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ministros e parlamentares.

Segundo o relator do Orçamento de 2021, senador Márcio Bittar (MDB-AC), além do atual orçamento do Bolsa Família, o governo prevê duas outras fontes de recursos. A primeira é a limitação de gastos com precatórios a 2% da receita corrente líquida — o que em 2021 equivale a aproximadamente R\$ 16 bilhões, segundo técnicos do Congresso. No ano que vem, o Orçamento prevê cerca de R\$ 55 bilhões de precatórios. A diferença de R\$ 39 bilhões que sobraria com a nova regra seria destinada ao programa.

O orçamento do Renda Cidadã não foi anunciado. Em 2020, o Bolsa Família vai custar R\$ 32,5 bilhões e, para 2021, foi estimado em R\$ 34,8 bilhões. A ideia é juntar os recursos.

Em outra frente, o plano propõe que parte da ampliação de verba do Fundeb seja deslocada para que beneficiários do programa mantenham os filhos na escola. Esse ponto não foi detalhado, mas a equipe econômica já havia defendido o uso de verba do Fundeb para bancar vouchers de educação no programa.

Especialistas em contas públicas questionam a legalidade dessas fontes.

“Trata-se de contabilidade criativa. Despesa com sentenças judiciais e precatórios é despesa obrigatória. Postergar esse pagamento para usar o dinheiro para outra despesa é como tomar emprestado dos credores do Erário para aumentar gasto”, diz Marcos Mendes, especialista em contas públicas e economista da Folha, que participou da elaboração da regra do teto.

O diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado, Felipe Salto, criticou as duas ideias.

“Limitar pagamento de precatórios é eufemismo para dizer que se empurrará com a barriga um pedaço relevante dessas despesas [obrigatórias]. Não se cancelou um centavo de gasto. Quanto a usar 5% do Fundeb, é preocupante, pois pode representar bypass no teto de gastos”, disse.

Menos de uma hora depois de anunciada, a proposta também já era alvo de críticas até na cúpula do Congresso.

Auxiliares do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), consideram que financiar o Renda Cidadã com recursos destinados a precatórios é inadmissível e classificaram a medida como calote.

Após reunião desta segunda-feira, Bolsonaro disse que o go-

verno trabalha com zelo fiscal e tem compromisso com o teto de gastos.

“O Brasil, segundo a orientação do Paulo Guedes, tem que voltar à normalidade o mais rapidamente possível. Estamos buscando recursos com responsabilidade fiscal e respeitando a lei do teto. Queremos demonstrar à sociedade e ao investidor que o Brasil é um país confiável”, disse o presidente, rodeado por líderes de partidos do centrão.

O senador Márcio Bittar disse que o novo programa será incorporado à PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, que traz medidas do pacto federativo e de ajuste fiscal. Ele também é relator desse texto.

A decisão de anunciar o Renda Cidadã vem pouco tempo após o presidente ter afirmado que vetou qualquer discussão sobre o novo programa social e que o governo seguiria com o Bolsa Família até 2022.

Em agosto, ele barrou que o benefício fosse custeado pela extinção de outros programas sociais, como o abono salarial. Segundo ele, o governo

não pode “tirar de pobres para dar a paupérrimos”.

Depois, há duas semanas, Bolsonaro se irritou com uma proposta da equipe econômica que previa o congelamento de aposentadorias para bancar o novo programa social Renda Brasil. Ele chegou a proibir a continuidade dos debates sobre o programa.

No dia seguinte, porém, o relator do Orçamento de 2021, Bittar, disse que foi autorizado pelo presidente a criar um novo programa.

Também esperado para esta segunda-feira (28), o anúncio da proposta de reforma tributária, com novo tributo sobre transações financeiras e corte de encargos trabalhistas, acabou não sendo feito. Não houve acordo entre o governo e parlamentares em diversos pontos, principalmente em relação à nova CPMF.

A proposta de Guedes de criar um imposto sobre transações financeiras também já foi alvo de crítica de Bolsonaro.

Participantes da reunião desta segunda-feira afirmaram que ainda há divergências em relação à proposta.

Segundo relatos, Guedes não insistiu na defesa do tributo aos moldes da extinta CPMF.

O governo quer tentar chegar a uma nova proposta internamente para apresentá-la a Bolsonaro o quanto antes. Com o aval dele, o texto será apresentado aos líderes, que dirão se é viável ou não.

O presidente disse que sua intenção é ter as medidas aprovadas antes da eleição. **Bernardo Caram, Daniel Carvalho, Thiago Resende e Fábio Pupo**

TCU e Congresso veem tentativa de driblar o teto

BRASÍLIA O anúncio de que o Renda Cidadã deve ser financiado com limitação dos gastos de precatórios e recursos do Fundeb gerou críticas de que se trataria de tentativa de driblar o teto de gastos.

No TCU (Tribunal de Contas da União) e no Congresso, a proposta foi vista como uma maneira de turbinar o programa social com uma “contá-

bilidade criativa”, mesma estratégia usada para melhorar o resultado fiscal do país no governo Dilma Rousseff (PT).

Até entre auxiliares do ministro Paulo Guedes (Economia), a solução encontrada é vista como “pedalada”.

Pela proposta apresentada, o governo prevê limitar a 2% da receita corrente líquida o gasto com precatórios. O que sobrasse, até R\$ 55 bilhões, seria usado no Renda Cidadã.

Além disso, quer usar 5% dos recursos novos do Fundeb. Segundo cálculos da Todos pela Educação, a retirada seria equivalente a R\$ 8 bilhões e impactaria “os municípios mais pobres do país”.

De acordo com a entidade, seriam 2.700 municípios e 17 milhões de estudantes afetados, “principalmente aquelas creches e pré-escolas”.

As primeiras reações vieram menos de uma hora após a divulgação. Nas redes, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), escreveu que

governo e Congresso “precisam enfrentar o desafio de regulamentar o teto de gastos”. Líderes da oposição quali-

ficaram de pedalada a intenção de usar o dinheiro reservado para precatórios.

“O que o governo está fazendo é anunciando que não vai mais pagar em dia suas dívidas judiciais, fazendo uma enorme pedalada fiscal”, escreveu o líder do PSB na Câmara, Alessandro Molon (RJ). “É driblar e é calote”, disse a líder do PCdoB na Câmara, Perpétua Almeida (AC).

No TCU, o ministro Bruno Dantas também se manifestou. Na avaliação dele, tentar mudar o teto de gastos com a PEC Emergencial é juridicamente possível, mas o “problema é o significado político para o compromisso com gestão fiscal responsável”.

Ele também criticou o uso de recursos de precatórios, afirmando que a medida “parece truque para esconder a fuga do teto de gastos”.

No Senado, até aliados do governo se manifestaram contrários. O líder do PL, Jorge Melo (PR), disse que a ideia é importante, mas que a fonte de recurso ainda não existe. **Irabela Macedo, Danielle Brant, Daniel Carvalho e Iara Lemos**



Jair Bolsonaro, ministros e congressistas no anúncio desta segunda-feira. Pedro Ladeira/Folhapress

FONTES DE RECURSO PARA O RENDA CIDADÃ

Bolsa Família
O Orçamento do governo para 2021 já reservou R\$ 34,8 bilhões para o programa. O valor é maior do que o deste ano, de R\$ 32,5 bilhões

Precatórios
O pagamento de precatórios pelo governo seria de, no máximo, 2% da receita corrente líquida — o que em 2021 deve ficar perto de R\$ 16 bilhões. Como a previsão atual do Orçamento para essa conta está em R\$ 55 bilhões, haveria uma sobra de até R\$ 39 bilhões a ser direcionada ao programa social

Fundeb
Recursos provenientes da ampliação de verbas do Fundeb poderiam ser deslocados para o Renda Cidadã. Neste ano, a equipe econômica já defendeu que parte da verba do Fundeb, que não contabiliza no teto de gastos, seja usada para o pagamento de vouchers de educação.

Renda Cidadã é a pedalada de Bolsonaro e Guedes

ANÁLISE

Vinicius Torres Freire

A gente esperava que o governo inventasse uma gambiarra a fim de arrumar dinheiro para o Renda Cidadã. Isto é, uma malandragem qualquer para furar o teto de gastos e tentar fingir que não aconteceu nada. Mas a cara de pau foi grande. O governo quer fazer uns R\$ 40 bilhões de dívida extra, 0,5% do PIB, fingindo que não. É pedalada.

A esperteza é que Jair Bolsonaro quer pôr essa metreta na conta do Congresso. Não quis cortar o abono salarial ou congelar os benefícios do INSS, necessário para fazer o Renda Cidadã e manter o teto de gastos. Também não teve coragem e capacidade de propor uma reforma séria do teto. O que sugere, então? Calote e mão grande.

Quase todo mundo percebeu a picaretagem, principalmente os colegas de profissão de Paulo Guedes, negociantes de dinheiro. Com o anúncio do novo “plano infalível”, as taxas de juros de longo prazo foram às alturas do pânico da pandemia, em abril. O povo do mercado fugiu

da Bolsa e comprou dólar. Enfim, do que se trata?

O governo pretende deixar de pagar R\$ 39,4 bilhões dos R\$ 55,2 bilhões de precatórios e sentenças judiciais devidos e previstos no pré-Orçamento de 2021. É dinheiro que o governo deve, por decisão da Justiça, para gente que recebe do INSS (43% do total dessas dívidas), para servidores (19% do total) e débitos diversos.

Com esse calote, quer pagar os benefícios de um Bolsa Família expandido, o Renda Cidadã. Nos planos vagos do governo, o programa chegaria a 24,3 milhões de famílias, que receberiam R\$ 266 por mês (ante R\$ 191 do Bolsa Família de antes da pandemia).

Na prática, o governo quer fazer uma dívida extra sem dizer que é dívida extra: fazer dívida “escondida” para bancar gastos além do permitido pelo teto. O dinheiro viria dos precatórios que deixam de ser pagos. Essa é a gambiarra: esse empréstimo forçado, arrancado de quem tem dinheiro a receber do governo por sentença judicial. É moratória ou “reestruturação forçada” de dívida.

Para o Renda Cidadã, o governo também vai pegar parte do dinheiro que é obrigado a transferir para estados e municípios gastarem em educação. Quer tomar 5% do Fundeb, o que dá mais R\$ 980 milhões, em 2021.

O gasto no Fundeb não está sob o limite do teto. O governo vai, pois, gastar um dinheiro em despesas que estão sob o teto (como o Bolsa Família), mas fingindo que não está fazendo tal coisa. É pedalada.

“Técnicamente”, o governo quer se limitar a pagar precatórios no valor equivalente a 2% da receita corrente líquida da União, o que dá R\$ 16,09 bilhões em 2021. O restante dos precatórios devidos fica para ser pago “um dia”, a perder de vista. Vira mais dívida.

Como lembra Josué Pellegrini, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), precatórios não pagos são contados na dívida consolidada, diz a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A IFI é um órgão independente de acompanhamento e avaliação das contas públicas, ligado formalmente ao Senado. Felipe Salto, diretor-executivo da instituição, observa ainda que tirar dinheiro

do Fundeb é tentativa de driblar o teto de gastos e que o governo se furtou a cortar gastos para arrumar fundos para o Renda Cidadã.

É legítimo querer mudar o teto constitucional de gastos. Dada a situação do governo e do país, no entanto, fazer tal mudança exige grande capacidade técnica e política de modo que a emenda não saia pior do que o soneto. Exige um acordo nacional. Bolsonaro está propondo apenas maracutaia fiscal. Para os donos do dinheiro, é um sintoma de que o governo pode aprontar inclusive para cima deles.

A pressão da sociedade e o Congresso criaram o auxílio emergencial de R\$ 600, o que evitou fome, convulsão social e recessão ainda maior. Foi um presente para Bolsonaro. O que ele faz agora? Tumulto picareta, que dá em tensão financeira, que prejudica uma retomada econômica que já seria difícil.

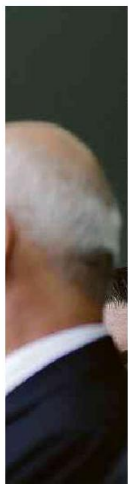
Queima a Amazônia, queima o Pantanal, queima a educação, tem morticínio, tem insulto de humilhação e ofendidos. Agora queima também o mercado. Isto é o Brasil de Bolsonaro.

Por Renda Cidadã, governo pretende adiar gasto com aposentadorias e pensões

Com trava a precatórios, medida anunciada nesta segunda-feira também prevê ampliação de dívida que já ultrapassa R\$ 70 bilhões

“Estamos buscando recursos com responsabilidade fiscal e respeitando a lei do teto. Queremos demonstrar ao sociedade e ao investidor que o Brasil é um país confiável”

Jair Bolsonaro nesta segunda-feira (28)



“O governo está anunciando que não vai mais pagar em dia suas dívidas judiciais, fazendo uma enorme pedalada fiscal”

Alessandro Molon líder do PSB na Câmara

“Trata-se de contabilidade criativa. Postergar esse pagamento para usar o dinheiro para outra despesa é como tomar empréstado dos credores do Erário para aumentar gasto”

Marcos Mendes especialista em contas públicas

BRASÍLIA Proposta pelo governo para criar o Renda Cidadã, a limitação de despesas com precatórios, na prática, poderá adiar o pagamento de gastos como aposentadorias e pensões de trabalhadores da iniciativa privada, além de remuneração a servidores.

Em busca de recursos para o novo programa social, a ideia é postergar o cumprimento dessas decisões judiciais. Mesmo sem a trava, esse estoque de dívida hoje já supera R\$ 70 bilhões, segundo dados do Ministério da Economia.

Especialistas alertam para o risco de uma bolha, pois é uma despesa que, após manifestação da Justiça, passa a ser obrigatória, mas o governo estaria adiando o desembolso. O estoque cresce por correção monetária e com o acúmulo de novas decisões a serem cumpridas.

Para 2021, o projeto de Orçamento prevê uma lista imensa de precatórios a serem liberados —boa parte é de aposentadorias e benefícios concedidos após processo judicial.

O que não for pago no próximo ano continuará no estoque de dívidas do governo com a população. Esse valor, que fechou 2019 acima de R\$ 70 bilhões, cresce a cada ano.

O precatório funciona assim: uma pessoa pode questionar na Justiça, por exemplo, o valor de uma pensão. Após o fim do processo, se a decisão for favorável ao pensionista, a União terá de ressarcir-la.

Para isso, é emitido um precatório —um título que representa o compromisso de pagamento da dívida pelo governo. Cada um tem um número.

Quando o governo elabora o Orçamento, faz uma lista com quem deverá ter o dinheiro liberado. O documento tem mais de 2.300 páginas e, em cada linha, há o código para que a pessoa se planeje.

No regime de Previdência dos trabalhadores da iniciativa privada, há previsão de que os precatórios e sentenças judiciais representem R\$ 22,2

Cresce o estoque de pagamentos que o governo deve fazer após decisões judiciais

Precatórios e requisições judiciais de pequeno valor, em R\$ bi



Fonte: Tesouro Nacional

bilhões de despesa em 2021 —o orçamento da Previdência Social é de R\$ 704,4 bilhões.

Para o ano que vem, o governo estima R\$ 55 bilhões em precatórios e requisições judiciais de pequeno valor.

“Nós vamos utilizar [...] o limite de 2% da receita corrente líquida”, disse o senador Márcio Bittar (MDB-AC), autorizado pelo presidente Jair Bolsonaro a propor medidas de ampliação do Bolsa Família.

Se a regra de limitação entrar em vigor, apenas poderão ser pagos cerca de R\$ 16 bilhões, o que corresponde a 2% da receita corrente líquida prevista para 2021. Os autores da proposta argumentam que a margem aberta nessa conta, de até R\$ 39 bilhões, poderá alimentar o programa social.

Bolsonaro chegou a interditar as discussões de reformulação do Bolsa Família após estudos da Economia considerados impopulares; o programa se chamaria Renda Brasil.

O anúncio da trava ao pagamento de precatórios foi feito nesta segunda (28) por Bittar, ao lado de Bolsonaro, Paulo Guedes (Economia) e aliados. A proposta, porém, enfrenta resistência no Congresso.

Além de revisão de aposentadorias, precatórios também representam dívidas do governo com servidores (que podem questionar cálculo de reajuste salarial), militares (principalmente em caso de pensão) e indenizações liga-

das à reforma agrária.

O corte no pagamento de precatórios, segundo especialistas, é uma contabilidade criativa, pois simplesmente adia o cumprimento das decisões, eleva o endividamento e mostra que o governo não quer enfrentar a tarefa de efetivamente cortar despesas.

O adiamento dos repasses ainda faz crescer uma conta adicional para o governo, porque precatórios não pagos têm correção pelo IPCA-E.

“Os precatórios são gastos que já deveriam ter ocorrido no passado, mas não foram feitos. Já é uma dívida. A pessoa é credora do Estado e vai continuar sendo, mesmo se o precatório for adiado”, diz Josué Pellegrini, diretor da IFL, órgão ligado ao Senado.

Técnicos do Congresso alertam que é preciso ficar claro se a limitação atingirá apenas precatórios ou também as requisições de pequeno valor.

Dos R\$ 55 bilhões dessa conta, R\$ 35 bilhões envolvem precatórios. As requisições de pequeno valor somam R\$ 17 bilhões. Há ainda R\$ 3 bilhões em outras rubricas menores.

Técnicos do Senado, onde a tramitação da proposta será iniciada, dão como certa também a judicialização da proposta —por pessoas que aguardam o pagamento de precatórios e associações representativas. Thiago Resende, Bernardo Caram e Fábio Pupo

Impasse em nova CPMF atrasa segunda fase da reforma tributária

BRASÍLIA A criação de um novo imposto sobre pagamentos nos moldes da antiga CPMF não recebeu o apoio necessário da base parlamentar do presidente Jair Bolsonaro. Com isso, foi adiada mais uma vez a entrega da segunda fase da proposta de reforma tributária do governo.

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), agora diz que o Executivo só deve apresentar o texto caso haja 340 votos favoráveis. “Não houve ainda um acordo com os senhores líderes sobre um texto possível e continuaremos trabalhando para que ela [reforma] possa avançar”, disse.

Paulo Guedes (Economia) insiste na proposta como forma de desonerar empresas, principalmente devido à situação do que chama de 40 milhões de invisíveis identificados durante a pandemia. “Vamos ter que pensar em carter verde e amarela, em desoneração da folha”, afirmou.

A proposta desenhada pelo ministro demanda a criação do tributo, mas ele defende que apenas para substituir en-

cargos trabalhistas. “Não vamos aumentar impostos, estamos substituindo.”

Guedes disse que o restante da reforma está praticamente pronto, mas que o avanço depende do alinhamento com a política. “Agora é a política que dá o timing”, afirmou.

A própria equipe econômica chegou a mencionar que a nova proposta de reforma tributária iria ao Congresso em agosto. Até agora, só foi apresentada a proposta de fusão de PIS e Cofins na nova CBS.

Líderes esperavam a proposta do governo também para oferecer um texto ao Congresso que evitasse a derrubada de dois vetos de Bolsonaro, a proteção tributária de igrejas e a prorrogação da desoneração de 17 setores.

Parlamentares que integram a comissão mista que analisa a proposta já acreditam que o projeto dificilmente seja votado neste ano. As dificuldades de articulação do governo e o faticismo dos temas levaram o projeto a entrar em estado de paralisia.

Uma reunião marcada para a tarde desta segunda (28)

foi cancelada após o governo não chegar a uma proposta.

“Precisamos de um freio de arrumação. Perdemos a perspectiva do todo, o governo poliu a reforma tributária com outros elementos”, disse Simone Tebet (MDB-MS), que preside a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça do Senado). “A sensação é que o governo apostou todas as fichas no novo imposto digital, que é a CPMF disfarçada, e ao fazê-lo, contrariando falas dos líderes, ficou sem reforma nenhuma. Não tinha plano B, não tem plano C.”

Há expectativa para que o veto à desoneração seja colocado em votação nesta quarta (30). Sem acordo, a probabilidade é que ele seja derrubado.

Nem mesmo o relator da reforma tributária, Agualnaldo Ribeiro (PP-PB), sabe os números do governo em relação à desoneração e impacto que causaria na economia.

A ideia inicial é que o relatório da reforma tributária fosse entregue até 7 de outubro no Congresso. A falta de acordo e de dados deve atrasar o plano. Fábio Pupo e Lara Lemos

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Asfalto

O DER (Departamento de Estradas de Rodagem), que administra as rodovias do estado de SP, tem feito dezenas de contratos sem licitação nos últimos meses. A seleção das empresas que estão sendo apontadas em contratação direta vem provocando desconforto entre os concorrentes. Procurado pela coluna, o órgão diz que fez 40 obras emergenciais neste ano, com 29 já concluídas, e que está seguindo a lei para atender regiões que precisaram de intervenção rápida.

ACOSTAMENTO O DER afirma que o serviço é necessário para “evitar a interrupção total ou parcial do tráfego entre regiões e cidades e garantir a segurança dos usuários das rodovias paulistas”.

RADAR Entre os exemplos de contratos publicados recentemente, há projetos de cerca de R\$ 5,7 milhões para obras e serviços de correção e proteção de talude ou de R\$ 2,2 milhões para conter erosão.

CANDIDATO As grandes operadoras de telefonia móvel vão oferecer acesso gratuito ao site da Justiça Eleitoral sem consumir o pacote de dados dos usuários. A medida vai durar até o dia 29 de novembro, segundo turno da eleição, e começa a valer a partir desta terça (29), quando será lançada no Painel Eleitoral 2020, evento da entidade setorial.

URNA A iniciativa é resultado de um acordo entre o Tribunal Superior Eleitoral e as operadoras para tentar estimular o acesso dos eleitores a informações confiáveis sobre o processo de votação, no esforço de combater a desinformação durante as eleições. Haverá também uma página oficial para notícias checadas.

VOTO Acabou nesta segunda (28) o prazo para registrar as chapas que vão disputar a presidência da Fiesp em 2021. Josué Gomes da Silva, dono da Coteminas, e José Ricardo Roriz, presidente da Abiplast (associação do setor de plásticos), que protocolaram, se encontraram na Fiesp. Ambos de máscara, se cumprimentaram com carinho de mão.

LUPA Preocupada com o aumento do custo da matéria-prima sobre a indústria, a CNI começou a fazer um levantamento entre empresários de todos os setores para entender os pontos mais críticos onde pode faltar insumo, pressionando os preços.

MAPA As primeiras impressões devem ficar prontas em uma semana, segundo Carlos Abijaodi, diretor da entidade. “Há uma demanda mundial que está vindo muito dos asiáticos. Temos que nos preocupar com o abastecimento de insumos”, afirma ele.

com Mariana Grazini

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência agosto*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado	Alíquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de agosto venceu em 21 set. para empresas; para pessoas físicas, venceu em 14 set. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	7,5%	97,04	713,09	14%
-----------	------	-------	--------	-----

Empregador 20% 250,50 1.220,21
*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 4 set. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa por a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro



Movimento no comércio de rua em São Paulo Karime Xavier - 18.ago.20/Folhapress

52% dos paulistanos tiveram menos renda por causa da pandemia

Datafolha mostra que 38% dos moradores da capital paulista solicitaram auxílio emergencial do governo

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Pesquisa Datafolha mostra que 52% das famílias paulistanas tiveram queda na renda por causa da pandemia do coronavírus. Outras 41% afirmam que mantiveram os rendimentos, enquanto 7% registraram aumento.

Nas famílias que ganharam até dois salários mínimos, 55% tiveram queda na renda. Entre aquelas com mais de dez mínimos, 33%. Entre autônomos, 66% tiveram perda. Nos assalariados registrados, 47%.

O levantamento mostra também que 38% dos mora-

dores da capital paulista solicitaram o auxílio emergencial de R\$ 600. Destes, 81% receberam pelo menos uma parcela.

Entre as famílias que ganham até dois salários mínimos, 49% solicitaram o auxílio. Na faixa de renda acima de dez mínimos, 11%. O benefício foi solicitado por 69% dos que estão desempregados, 67% dos autônomos, 59% dos assalariados sem registro e 46% das donas de casa.

A pesquisa foi realizada nos dias 21 e 22 de setembro, com 1.092 entrevistados. A margem de erro é de até três pontos percentuais, para mais

ou para menos. O nível de confiança, de 95%.

O perfil da amostra da pesquisa Datafolha mostra que 13% dos entrevistados na capital paulista se declaram desempregados, incluindo aqueles que estão ou não à procura de trabalho. Entre os que estão à procura de emprego, 69% solicitaram o auxílio.

Os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que a volta dos brasileiros às ruas já começa a pressionar a taxa de desemprego, que na quarta semana de agosto bateu 14,3%, o maior nível desde

Cerca de metade dos paulistanos tiveram queda na renda por causa da pandemia

Resposta estimulada e única, em %

Por causa do coronavírus, a renda familiar na sua casa aumentou, ficou igual ou diminuiu?



Você fez a solicitação do auxílio emergencial de R\$ 600?



Você já recebeu pelo menos uma parcela do auxílio emergencial de R\$ 600?



Fonte: Datafolha. Levantamento realizado nos dias 21 e 22 de setembro, com 1.092 entrevistados. A margem de erro máxima da pesquisa é de três pontos percentuais, para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%.

mílias brasileiras cresceu 3,3% em relação ao mesmo período de 2019, uma injeção de R\$ 63,9 bilhões na economia. Se o governo federal não tivesse adotado nenhuma medida de complementação e antecipação de renda, teria ocorrido uma redução de 0,63% na massa de rendimentos.

O dinheiro extra liberado pelo governo tem sido destinado, principalmente, ao consumo de bens essenciais. Isso tem contribuído para garantir o bom desempenho do comércio, especialmente no ramo de supermercados, e da indústria de bens não duráveis, enquanto outros setores, como os serviços, sofrem mais.

Sondagem especial do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da FGV) mostrou que, considerando todos os auxílios do governo, de cada R\$ 100 dessa renda extra, R\$ 31 foram para compra de bens essenciais, R\$ 27 para pagamento de dívidas, R\$ 20 para poupança e R\$ 16 para outros gastos.

Apenas R\$ 2,30 foram destinados a bens como eletrodomésticos, móveis e roupas ou para serviços.

Segundo o Banco Central, o auxílio representou R\$ 37 bilhões por mês de abril a julho, uma transferência de 12% da renda mensal de 2019. A instituição também avalia que o fim do benefício pode afetar o consumo no próximo ano.

"A análise sugere que o auxílio emergencial ajudou a sustentar o consumo durante os primeiros meses de impacto da pandemia. [...] O fim do programa pode contribuir para a desaceleração do consumo das famílias, ainda que de forma temporária", diz o IBC em seu último Relatório Trimestral de Inflação.

O governo tem discutido um novo programa de transferências para substituir o Bolsa Família. A iniciativa, no entanto, não está prevista no Orçamento de 2021, pois seriam necessários cortes em outras despesas para viabilizar o programa sem desrespeitar a emenda do teto de gastos.

A equipe econômica calcula a necessidade de pelo menos R\$ 20 bilhões serem destinados para o programa.

Lei do Contribuinte Legal gerou nove acordos de dívidas

SÃO PAULO Cinco meses após a sanção da Lei do Contribuinte Legal, foram fechados nove acordos de renegociação de passivos com o governo federal, envolvendo dívidas de R\$ 769 milhões e um desconto médio de 43% em cima delas.

Os dados fazem parte de relatório do Núcleo de Tributação do Insuper, que monitora as transações tributárias celebradas pela PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e os contribuintes dentro das regras criadas pela Lei 13.988/2020. O grupo deve divulgar trimestralmente um relatório sobre o tema.

Desses acordos, sete se referem a empresas, um a pessoa física e outro a pessoa física e jurídica.

A lei permite parcelamentos de até 145 meses. Nessas primeiras transações, a média foi de 60 parcelas, sendo que alguns quitaram o débito à vista.

O valor total se pagou variou de R\$ 4,65 mil (à vista, já com desconto de 50%), na massa falida de uma empresa têxtil, a R\$ 149 milhões em 81 parcelas e desconto já aplicado de 40%, para uma empresa de transportes.

Há também na lista um ente público, o município de Patos (PB), e um espólio. O tributo que mais aparece nas negociações (quatro acordos) é a contribuição previdenciária.

Frederico Bastos e Daniell Zugman, sócios do BVZ Advogados e líderes da pesquisa de transações tributárias, afirmam que havia uma expectativa de que esse instrumento seria mais aplicado, principalmente considerando o contexto econômico atual, de crise.

"A gente não sabe o contingente que ainda está tramitando na Procuradoria, mas havia uma expectativa de termos números maiores, considerando o contexto de todos os contribuintes do Brasil", diz Zugman.

"O número também pode ser pela falta de conhecimento do contribuinte sobre essa ferramenta. A publicidade dos termos que foram pactuados vai dar um pouco mais de tranquilidade para que aqueles que tinham dúvida", completa Bastos.

"A gente também vem de uma cultura de relacionamento entre Fisco e contribuinte extremamente litigiosa e baseada na desconfiança".

O trabalho é coordenado por Vanessa Canado, que também é assessora especial do Ministério da Economia e também foi elaborado pelo pesquisador Leonardo Alvim. EC

Com crédito imobiliário, empréstimo às famílias cresce

Larissa Garcia

BRASÍLIA Os bancos emprestaram 4,5% a mais para as famílias em agosto, com relação a julho, segundo dados divulgados nesta segunda (28) pelo Banco Central. O crescimento foi puxado pelo crédito imobiliário, que aumentou 11%.

Com a taxa básica de juros (Selic) no menor patamar da história, 2% ao ano, o apetite por empréstimos para compra da casa própria aumentou.

"Trata-se de uma recuperação do setor. O saldo de crédito imobiliário nunca parou de crescer, mesmo nos meses em que a crise foi mais acen-tuada. São operações de prazo muito longo, o que gera essa estabilidade, já que as amortizações mensais são pequenas", avalia Fernando Rocha, chefe do departamento de estatísticas do BC.

"É possível também que muitas operações não puderam ser concretizadas nos meses de maior isolamento social, porque é uma negociação que envolve visitas ao imóvel e à agência. Essas transações podem ter retornado agora."

Em agosto, foram R\$ 12,7 bilhões em novos contratos de financiamento imobiliário, volume 76% maior que o registrado no mesmo mês de 2019, quando se concederam R\$ 7,2 bilhões na modalidade.

Entre pessoas físicas, o uso do cartão de crédito à vista aumentou 2% em agosto, e os níveis voltaram aos de antes da pandemia, com R\$ 85,6 bilhões, valor semelhante ao mesmo período de 2019.

"É um reflexo da flexibilização do isolamento social e da

normalização dos comércios", justificou o técnico do BC.

A modalidade composição de dívidas, quando o cliente negocia com o banco a junção de várias modalidades de crédito em uma só, caiu 16,8% em agosto e 32,6% no trimestre.

O recurso foi bastante usado nos meses de maior impacto econômico do isolamento social. Em abril e maio, o montante de renegociações chegou a R\$ 8,6 bilhões e R\$ 9,3 bilhões, respectivamente.

As empresas, no entanto, tiveram redução de 1,7% nos empréstimos no mês.

Com a desaceleração dos financiamentos pelo Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), as concessões na rubrica Outros, que engloba a linha de crédito na tabela divulgada pelo BC, caíram 8,1% em agosto.

Em julho, a rubrica tinha apresentado alta de 397,4% e, segundo o BC, o Pronampe respondeu pela maior parte desse aumento.

"O saldo de recursos direcionados [com subsídio do governo] vinham em trajetória de queda e voltaram a subir neste ano com os programas emergenciais do governo. Pela primeira vez, na comparação com agosto de 2019, esse crescimento foi positivo (2,5%)", explicou Rocha.

As concessões para capital de giro, uma das modalidades mais importantes para as empresas, recuou 20,6% no período. Ainda assim, o volume está em nível acima dos meses anteriores à pandemia.

Em agosto, foram R\$ 30,4 bilhões na modalidade, 60% mais

que no mesmo mês de 2019.

"No início da crise, as empresas pegaram empréstimos de capital de giro para fazer frente às dificuldades, principalmente no prazo abaixo de um ano. Delá para cá, o ritmo diminuiu, mas ainda está acima do observado no ano passado", analisou Rocha.

Já modalidades ligadas ao consumo, que precisam de vendas para gerar garantias, tiveram alta. Antecipação de recebíveis e desconto de duplicatas cresceram 2,5% e 13,3% respectivamente.

Assim, as concessões totais de crédito somaram R\$ 343 bilhões em agosto, alta de 1,9% em relação ao mês anterior.

A variação foi registrada na série com ajuste sazonal, que retira peculiaridades do período, como número de duplicatas a mais ou a menos, para facilitar a comparação.

No acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2019, as concessões cresceram 5,6%, com alta de 14,2% para empresas e queda de 1,6% para as famílias.

O estoque de crédito alcançou R\$ 3,7 trilhões em agosto, aumento de 1,9% no mês. Em doze meses, o crescimento da carteira total foi de 12,1%.

A taxa média de juros das operações contratadas em agosto foi de 18,7% ao ano, queda de 0,5 ponto percentual no mês e de 6,1 pontos em 12 meses. Para as famílias, houve redução da taxa de juros do cartão de crédito rotativo regular em 8,9 pontos percentuais no mês. Em média, pessoas físicas pagaram 27,0% ao ano na modalidade. No não regular, no entanto,

os juros subiram 3,5 pontos e ficaram em 335,2%.

Para as empresas, os juros cobrados em cartão de crédito rotativo subiram 31,6 pontos e ficaram em 164,2% ao ano.

Com isso, o spread — diferença entre a taxa que os bancos pagam para captar recursos e a taxa cobrada em empréstimos — ficou em 15 pontos, redução de 0,5 ponto no mês e de 4,4 pontos no acumulado dos últimos 12 meses.

A inadimplência alcançou o menor patamar da série histórica, iniciada em março

de 2011, com 2,6% em agosto. Em julho, o índice já tinha sido o mais baixo do período, com 2,7%.

Segundo Rocha, a especificidade da crise, com as pessoas em casa e consumindo menos, o pagamento de auxílios do governo e a prorrogação das parcelas dos empréstimos evitaram a alta dos calotes em meio à pandemia.

"As medidas aumentaram recursos nas mãos das pessoas e muitos desses valores foram para pagamento de serviços financeiros", disse.



OFERTA DE EMPREGO

PROCESSO SELETIVO Nº 13/2020

O Serviço Social do Comércio – Sesc / Polo Socioambiental Sesc Pantanal, órgão da Administração Nacional do Sesc, toma público que está contratando profissional conforme detalhamento abaixo:

TABELA 1	
Cargo	ANALISTA DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Número de Vagas	01
Local de Trabalho	Base Administrativa – Várzea Grande/MT
Carga Horária	44 horas semanais
Salário Mensal	R\$ 8.011,00

REQUISITOS BÁSICOS:

- Ensino Superior Completo em Administração, Gestão de Recursos Humanos, Psicologia, Pedagogia, Pedagogia Empresarial ou áreas afins;
- Experiência consistente na área de Treinamento e Desenvolvimento, em programas de capacitação presenciais e à distância, programas de liderança e assessment, comprovada em carteira, contrato ou declaração de trabalho;
- Pós-Graduação em Design Instrucional, Gestão do Conhecimento ou na área de Treinamento e Desenvolvimento.

Somente os candidatos que preencherem os requisitos básicos informados acima serão classificados para a 2ª etapa.

✓ O Descritivo de Recrutamento e Seleção, contendo informações detalhadas, está disponível no site do Sesc Pantanal: www.sescpantanal.com.br, menu Trabalhe Conosco;

✓ As inscrições deverão ser realizadas, exclusivamente, no endereço eletrônico do Sesc Pantanal: www.sescpantanal.com.br, menu Trabalhe Conosco, até a data de 05/10/2020.

Veículo: Estadão	
Data: 29.09.2020	Caderno: Economia



Sem um acordo com líderes, governo engaveta criação de 'nova CPMF'

Bolsonaro escutou de líderes no Congresso que, em ano eleitoral, seria impossível defender a inclusão do imposto no texto da reforma tributária - que está com a votação atrasada

Adriana Fernandes, Idiana Tomazelli e Emiliy Behnke, O Estado de S.Paulo

29 de setembro de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - Não vingou a tentativa do ministro da **Economia, Paulo Guedes**, de incluir um novo imposto sobre transações financeiras – nos moldes da antiga **CPMF** – na proposta de **reforma tributária** que tramita na **Câmara**. Em **reunião na última segunda-feira, 28, com o presidente Jair Bolsonaro**, líderes da base de apoio do governo avisaram que, em ano de eleições municipais, seria impossível “ganhar a narrativa” de criação de um novo tributo, mesmo que o argumento seja financiar a redução dos tributos e encargos que incidem sobre a folha de pagamentos.

O fracasso na negociação de uma proposta que envolvia o apoio do governo para acelerar a reforma tributária em troca do novo tributo lançou dúvidas sobre o futuro da reforma, a ponto de lideranças do governo no Congresso terem reforçado que o “empenho” do governo para aprovar o texto continua.

Além disso, a disputa em torno de proposta que avança na Câmara para que a **União** repasse R\$ 480 bilhões a fundos constitucionais para compensar Estados e municípios na reforma deve atravancar a tramitação. Fontes da área econômica afirmam que o governo não aceita a PEC da **Câmara** “sacando” esses recursos da União para “compensar” a guerra fiscal dos governos regionais.

Nem o autor da proposta, deputado **Baleia Rossi (MDB-SP)**, nem o relator da reforma tributária, deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)**, participaram da reunião com o presidente, o que esvaziou qualquer tentativa de avançar nas negociações. A apresentação do relatório foi transferida para meados de outubro.

Segundo apurou o **Estadão**, os líderes partidários cobraram na reunião com Bolsonaro a tributação de lucros e dividendos e a redução do **Imposto de Renda** das empresas. Também deixaram claro que querem uma reforma com simplificação de impostos, e não aumento de carga tributária. Uma liderança que participou da reunião disse que uma “nova CPMF” “morreu”, mas não a intenção da reforma, cobrada pelo setor empresarial.

Promessa da equipe econômica para impulsionar a geração de empregos no pós-pandemia, a desoneração da folha de pagamento para as empresas ficou para um segundo momento. “Ainda não houve acordo para a reforma tributária, mas continuaremos trabalhando”, disse o líder do governo na Câmara, **Ricardo Barros (PP-PR)**.

O líder do governo no Senado, **Fernando Bezerra** admitiu que a reforma tributária precisa de algum tempo para consolidar o que chamou de “preceitos”, numa sinalização da falta de apoio para a recriação da nova CPMF.

Já Guedes disse que o governo está “ultimando” a proposta, mas ressaltou que “a política dá o timing”. Ele não detalhou qual impasse travou o avanço da reforma tributária, mas sinalizou que a desoneração é o principal ponto em aberto. “Do ponto de vista político, continuamos estudando este capítulo particularmente (**desoneração da folha**)”, afirmou.

O governo argumenta que, para conseguir aliviar os encargos pagos pelas empresas sobre a folha, precisaria compensar uma perda de arrecadação superior a R\$ 100 bilhões.

Atraso

Além do novo imposto, o governo tem outra preocupação: o cronograma da reforma tributária no **Congresso Nacional** pode ser adiado, afirmou na última segunda o presidente da comissão mista da proposta, senador **Roberto Rocha (PSDB-MA)**, ao **Estadão/Broadcast**. Inicialmente, a votação da medida no colegiado estava marcada para o próximo dia 7.

Após a reunião do presidente Jair Bolsonaro com líderes partidários, cresceu a avaliação entre parlamentares de que a reforma tributária empacou. O governo tentou negociar a criação de um novo imposto sobre transações para bancar a desoneração da folha salarial, mas não há acordo.

“Vamos fazer uma reunião interna para decidir se o relatório será apresentado nesta semana ou na próxima. Se for na próxima, não será votado no dia 7. Vai ser mais lá na frente”, disse Roberto Rocha.

Nesta segunda-feira, a comissão faria uma audiência pública com o secretário especial da **Receita, José Tostes Neto**, e com a assessora do **Ministério da Economia, Vanessa Canado**. Seria o último debate antes da apresentação do parecer pelo deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)** com a CPMF. Em meio à incerteza sobre o envio do novo texto do governo e às resistências à ideia de um novo imposto, porém, a reunião foi cancelada.

Incidência

A CPMF foi um imposto que existiu até 2007 para cobrir gastos do governo federal com projetos de saúde – a alíquota máxima foi de 0,38% sobre cada operação. Em 2015, o governo, então sob comando da presidente **Dilma Rousseff**, chegou a propor a volta do tributo, mas isso acabou não acontecendo.

A assessora especial da Economia, **Vanessa Canado**, já disse que o novo imposto sobre transações – que o governo tem tentado desvincular da antiga CPMF – **não incidiria somente sobre transações digitais, mas sobre “todas as transações da economia”**.

Guedes quer fazer um novo tributo com base mais ampla que a CPMF e alíquota de 0,2%, cobrada tanto na entrada como na saída dos recursos.

O presidente da Câmara, **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, já declarou abertamente ser contra a criação do novo imposto. Nos últimos dias, lideranças têm buscado Maia na tentativa de abrir caminho para que a

proposta seja ao menos discutida e pautada no

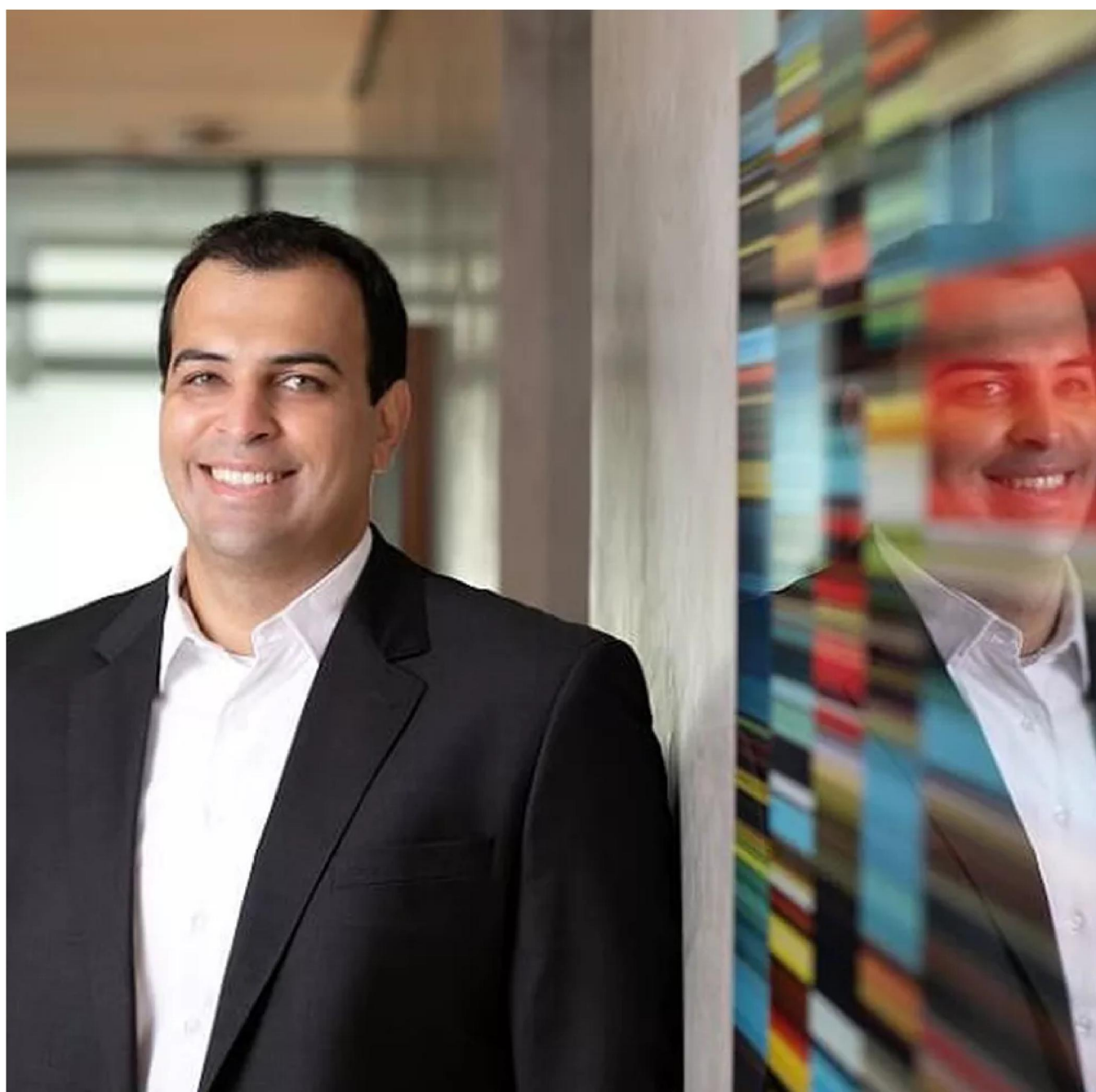
Parlamento./**COLABOROU DANIEL WETERMAN**

'Não é o momento para tentar mexer no teto'

Para Genta, Renda Cidadã deve enfrentar resistência no Congresso

Por **Arícia Martins e Victor Rezende** — De São Paulo

29/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



A solução encontrada pelo governo para financiar o Renda Cidadã não é a ideal e deve ter dificuldades para caminhar no Congresso, na avaliação de Fernando Genta, novo economista-chefe da XP Asset. “O ponto de usar recursos do Fundeb é uma tentativa de fazer uma estratégia que não bateria no teto, mas não parece uma sinalização boa”, disse Genta ao **Valor**.

Em sua primeira entrevista desde que assumiu o cargo, há duas semanas, Genta apontou que o mercado não deve aceitar bem qualquer tentativa de flexibilização do teto de gastos. “Não me parece o momento de tentar mexer na nossa principal e única âncora fiscal, mas sim de aperfeiçoá-la”, afirmou o economista, que, antes da XP, era economista sênior da Verde Asset e foi secretário adjunto do Ministério da Economia em 2017 e 2018.

Do lado positivo, Genta afirma que a retomada no curto prazo ocorre a um ritmo mais forte do que o esperado, o que indica retração de cerca de 5% para o PIB este ano. Em 2021, ele avalia que um crescimento de 4% é possível, ao vislumbrar fatores como a vacinação no primeiro semestre, manutenção do regime fiscal e condições financeiras mais favoráveis.

Confira a seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: *Como avalia o processo de retomada da economia?*

Fernando Genta: A economia está retomando mais rapidamente do que eu esperava há alguns meses. As surpresas decorrem de um auxílio que durou mais. Um segundo ponto que surpreendeu foi a dinâmica do vírus. Após o início de aceleração dos casos, a gente começou a conviver com o vírus. Os indicadores de mobilidade começaram a se recuperar relativamente rápido, num cenário sem vacina nem tratamento. O que também tem ajudado as expectativas tem sido o desenvolvimento aparentemente rápido de uma vacina. Em outra casa cheguei a traçar cenários de risco de queda de 7% a 10% para o PIB em 2020. Hoje, vemos queda na casa de 5%. Evidentemente, há uma diferença setorial muito grande. Os serviços mais atingidos seguem muito fracos, embora retomando.

Valor: *Em que medida a piora recente das condições financeiras pode atrapalhar a recuperação?*

Genta: Sem dúvida atrapalha, mas mesmo com essa inclinação da curva [de juros], com a dinâmica recente da taxa de câmbio e a queda recente do Ibovespa, as condições seguem historicamente frouxas. Poderiam estar ainda mais não fosse o risco fiscal, mas elas ainda estão estimulativas.

“

Vemos a Selic em 2% ao longo de todo o ano de 2021... Se atividade retomar mais rápido, podemos repensar”

Valor: *Qual a sua avaliação sobre o Renda Cidadã?*

Genta: A alternativa inicial, que seria otimizar os programas sociais, foi descartada pelo núcleo político, mas o governo não quer fazer algo fora do teto. A solução foi buscar parte desse financiamento com o que se tem gasto de precatórios. Institucionalmente, não me parece a solução ideal, como visto na reação do mercado após o anúncio. O segundo ponto, de usar recursos do Fundeb, é uma tentativa de fazer uma estratégia que não bateria no teto, mas isso não emite uma sinalização boa. Temos que ver como essa proposta vai evoluir no Congresso, mas não me parece nada fácil que caminhemos tranquilamente por essa solução.

Valor: *O mercado poderia reagir positivamente a uma flexibilização ou até mesmo a um 'drible' no teto?*

Genta: Se o Congresso aprovar uma PEC que permita o acionamento dos gatilhos, e esperamos que siga algo nessa direção, pode ser que haja alguma tolerância a alguma flexibilização. Mas, mesmo assim, me parece desafiador. Claro que, quando os gatilhos forem acionados, a trajetória fiscal fica razoável. Agora temos um cenário de dívida em quase 100% do PIB. Não me parece o momento de tentar mexer na nossa principal e única âncora fiscal, mas sim de aperfeiçoá-la para garantir o disparo dos gatilhos. Tenho dificuldade de ver um cenário em que o mercado reaja bem à mudança do teto agora.

Valor: *No caso do programa de renda não vingar, a economia tem condições de 'caminhar com as próprias pernas' em 2021?*

Genta: De um lado, a política fiscal deve ser contracionista. Mas vejo dois 'drivers' que podem e devem compensar esse efeito negativo: um cenário construtivo de vacina, em que boa parte da população do Brasil esteja vacinada na virada do primeiro para o segundo trimestre. Isso traz de volta setores que hoje em dia estão no chão. Outro ponto é a poupança que as famílias estão acumulando este ano. Há uma tendência para que parte dela seja revertida no ano que vem. Além disso, caso a gente consiga fazer reformas mínimas que garantam uma perspectiva de cumprimento do teto até o fim do primeiro mandato do presidente Bolsonaro, as condições financeiras continuariam frouxas e isso possibilitaria uma continuidade para investimento e consumo de bens duráveis. Óbvio que, a médio prazo, a reforma administrativa e a reforma tributária são cruciais. Mas, mesmo se não aprovarmos essas reformas até meados de 2021, podemos ter um cenário construtivo se garantirmos o acionamento de gatilhos do teto. Trabalhamos com um crescimento na casa de 4% em 2021.

Valor: *O Tesouro tem encurtado o perfil da dívida pública. Em um cenário com vencimentos elevados no ano que vem, qual seria a melhor estratégia para a gestão da dívida?*

Genta: O Tesouro tem dificuldade porque a necessidade de emissão subiu muito, num mercado em que a gente não deve ter grande ajuda de demanda externa por enquanto. A tática que o Tesouro tem usado para não chancelar essa inclinação de curvas é encurtar [o perfil da dívida] agora, mas o secretário [Bruno Funchal] vê o prêmio arrefecendo mais à frente. Em 2021 podemos ter um cenário mais fácil em termos de taxas, com ajustes que venham a ser aprovados. A gente acha que parte dos gatilhos deve avançar e isso deve trazer algum alívio, mas ainda assim nossa dívida cresceu mais e nosso problema ficou maior.

Valor: *A alta de alimentos acendeu um alerta sobre a inflação. Com o dólar alto e setores da indústria com dificuldade para encontrar insumos, é possível um repique mais forte da inflação ao consumidor?*

Genta: Acho que não. Temos uma alta pontual devido a alguns fatores: pressões de custo, alta de commodities, dólar não respondendo às commodities, talvez por conta do quadro fiscal. E a gente tem todos esses choques em um momento de demanda por bens aquecida. Mas tudo isso está no radar do BC, que foi claro ao avaliar que a pressão de alimentos e o repique de serviços estão na conta.

Valor: *Até quando a Selic pode ficar nos atuais 2%? Existe espaço para cortes adicionais?*

Genta: Vemos a Selic em 2% ao longo de todo o ano de 2021. O mais provável é vermos o início de elevação dos juros no primeiro trimestre de 2022. Se atividade retomar mais rápido, podemos repensar, mas aí seria um problema bom.

Valor: *Diante da forte alta das taxas das LFTs, é possível dizer que a Selic gera preocupação prudencial?*

Genta: Não. O que estamos observando nas LFTs decorre do risco fiscal. É óbvio que ninguém quer ver um 'sell-off' de LFTs, mas vejo demanda relativamente cativa para esse papel. É um negócio que pesa e o BC está monitorando a indústria de fundos, mas, por ora, diz não ver problema nenhum. Consideraria até estranho a gente ter uma pressão muito forte nas LTNs sem um prêmio maior nas LFTs. Dada essa assimetria, a barra para um novo corte [na Selic] está alta. Se ele tiver convicção e clareza maior de que isso não é um risco, pode cortar mais a Selic, mas acho que a assimetria é muito grande.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Quando o zumbido não para faça isso agora

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Imecap Hair Max, seu melhor você. Antiqueda+força+brilho

Analistas veem 'contabilidade criativa' e 'pedalada'

Anúncio do governo é criticado e especialistas apontam indícios de irresponsabilidade fiscal

Por **Anaís Fernandes** — De São Paulo

29/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Kawall, do ASA: uso de precatórios remete a pedaladas fiscais e a calote — Foto: Leonardo Rodrigues/Valor

As saídas apresentadas ontem pelo governo federal para financiar o novo programa de transferência de renda, incluindo o uso de recursos de precatórios e da educação, foram consideradas “contabilidade criativa” e sofreram duras críticas de especialistas em contas públicas. Eles dizem ver nas medidas claros indícios de irresponsabilidade fiscal - inclusive, de ilegalidade-, iniciativas que flertam com as noções de calote e pedaladas e tentativas de burlar o teto de gastos.

A ideia de usar precatórios é “absurda”, “estarrecedora”, “quase indecente” e ilegal, no entendimento de Carlos Kawall, diretor do ASA Investments. O governo quer limitar os gastos com precatórios em 2% da receita corrente líquida e usar o restante para o Renda Cidadã. Sob um aspecto, a ação poderia ser considerada uma “pedalada”, diz Kawall, já que uma despesa que deveria ser reconhecida e executada agora será jogada para frente. Para ele, no entanto, a situação, se confirmada, seria ainda pior do que as “pedaladas” de 2014 - que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff (PT) -, quando foram usados mecanismos para empurrar gastos obrigatórios para outros meses ou para bancos ajudarem a financiar despesas.

Ex-secretário do Tesouro Nacional, Kawall explica que, se o pagamento do precatório é determinado no primeiro semestre de um ano, o governo pode incluir a despesa no Orçamento do ano seguinte. Se a decisão sair no segundo semestre, fica para o ano subsequente. Os precatórios são constituídos como dívidas e, embora não sejam capturados nas modalidades do Banco Central para cálculo da dívida bruta ou líquida, observa Kawall, existem circunstâncias claras para seu pagamento. “Se você arbitrariamente diz que pode pagar, mas não vai, que vai jogar para frente, prejudicando o credor, e ainda fazendo isso para gastar mais, mas não em troca de uma despesa que cortou, sem promover ajuste nenhum, você simplesmente está usando um subterfúgio para cumprir o teto”, afirma.

Nesse sentido, Kawall também diz que a medida desrespeita a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), porque cria despesa nova permanente sem apontar receita equivalente e/ou redução nos gastos em igual valor. “É uma medida absurda, irresponsável do ponto de vista fiscal e acredito que ilegal.”

Kawall vê riscos ainda de elevação da dívida à frente. “Você diz que vai trocar uma despesa hoje [dos precatórios], que vai gastar menos com ela para gastar com o programa [Renda Cidadã], mas não é verdade, lá na frente você terá um gasto ainda

maior, porque em algum momento você vai estar pagando o programa assistencial e os precatórios.”

Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, afirma que a solução via precatórios é “contabilidade criativa”. “Precatório é despesa obrigatória, tem que ser paga. Se não vai pagar, é postergação de despesa.” Segundo ele, “está se financiando junto aos credores do erário para fazer novas despesas”.

Ana Carla Abrão, diretora da Oliver Wyman no Brasil e ex-secretária de Fazenda de Goiás, também vê “contabilidade criativa” tanto no adiamento dos precatórios quanto no uso de recursos do Fundeb, “uma forma de furar o teto de gastos clara e cristalina”, diz. Para ela, o governo deu “claros indicativos de que está flertando com a irresponsabilidade fiscal”, colocando em risco o futuro do país.

Economistas dizem ainda que o uso dos precatórios como anunciado remete a calote. Kawall reforça que não se está repudiando o pagamento da dívida, mas o governo quase diz que “vai pagar quando puder”. “Em bom português, não pagar uma dívida é o quê? Calote.” O economista observa ainda que agências de classificação de risco podem entender a decisão de discriminar credores como “default seletivo”, levando a um rebaixamento da nota de crédito do Brasil.

“Tem jeito de calote, cara de calote, tem tudo para ser definido como tal. Só não é porque não declarou que não vai pagar, mas que vai seguir um fluxo ligado à receita. Isso é muito ruim, porque os afetados não terão certeza de quando irão receber”, diz Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculada ao Senado. Para ele, “não tem como a dívida não aumentar”.

Os especialistas se mostraram especialmente surpresos porque as medidas parecem ter passado pelo aval não só do governo e de lideranças, como também do ministro Paulo Guedes. “Isso que acho que traz uma grande preocupação no momento”, diz Kawall. “Nós temos um problema sério de credibilidade das contas públicas e com essas confusões o governo não ajuda em nada”, afirma Roberto Ellery, da Universidade de Brasília.

Se o governo quer criar um Renda Cidadã, ele precisa encarar escolhas necessárias, diz Ana Carla. Para ela, não dá para alegar que não há recursos no Orçamento. "Se ele de fato encarar privilégios, encarar revisão de gastos, encontrará R\$ 40 bilhões", afirma. "Não será com soluções criativas e inconsistentes que nós chegaremos lá com responsabilidade fiscal, retomada de crescimento e confiança."

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Se você tem zumbido faça isso imediatamente

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Truques simples para ajudar você a aumentar a sua pensão

PENSIONBR

LINK PATROCINADO

Máquina De Lavar Brastemp 9Kg Com Ciclo Tira Manchas - Bwj09ab 220V

R\$ 1.287,08 - COMPRA CERTA

LINK PATROCINADO

Conheça as famosas mais antipáticas (e simpáticas) do Brasil!

REST WOW

LINK PATROCINADO

Imecap Hair Max, seu melhor você. Antiqueda+força+brilho

IMECAP

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Combustível deve explicar diferença entre preços a produtor e consumidor, diz BC

VALOR INVESTE

Cenário apontado pelo BC é de Selic em 2% até o fim de 2021, avaliam especialistas

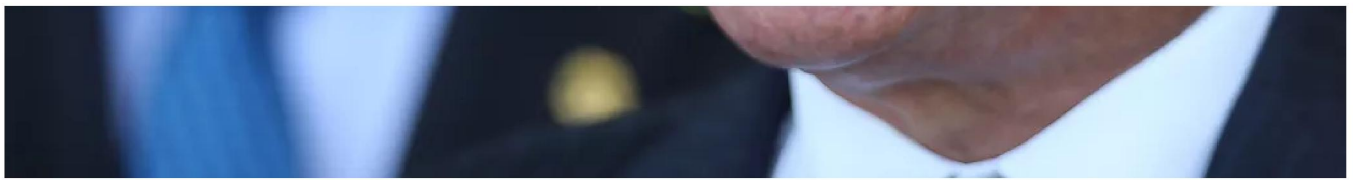
Com dinheiro do Fundeb e de precatórios, Renda Cidadã nasce polêmico

Fontes de financiamento do programa causam desconforto e mercado tem dia de estresse

Por **Fabio Graner, Fabio Murakawa, Matheus Schuch e Renan Truffi** — De Brasília

29/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





Guedes, com Bolsonaro ao fundo, fala sobre o Renda Cidadã, programa social que o governo quer implementar em 2021 — Foto: Jorge William/Agência O Globo

Depois de idas e vindas e uma sequência de confusões envolvendo o seu novo programa social, o governo finalmente anunciou como pretende financiar o sucessor do Bolsa Família. E conseguiu provocar nova polêmica e mais uma rodada de queda de preços dos ativos no mercado financeiro local.

A solução apresentada foi um forte corte nos gastos para pagamentos de sentenças judiciais (os chamados precatórios) a partir do próximo ano e o retorno de uma ideia que já havia sido rejeitada pelo Congresso há poucos meses: o uso de parte dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para viabilizar o agora chamado “Renda Cidadã”.

O anúncio foi feito após uma reunião de cerca de uma hora e meia no Palácio do Alvorada com o presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e os líderes do governo e de partidos aliados no Congresso. Eles também anunciaram que a nova etapa da reforma tributária ficou para depois, sem data ainda, por causa do impasse político em torno da proposta de Guedes de financiar a desoneração da folha de pagamentos com uma nova CPMF.

PUBLICIDADE



Relator das propostas de emenda à constituição (PECs) do Pacto Federativo e Emergencial, o senador Marcio Bittar (MDB-AC) disse que vai colocar no texto dessa última PEC a limitação de pagamentos de precatórios em 2% da Receita Corrente Líquida (RCL) e o uso de até 5% do Fundeb, para associar políticas educacionais de primeira infância com o programa social.

A medida mais forte é a dos precatórios. O Orçamento do ano que vem prevê R\$ 54,7 bilhões para o pagamento de sentenças judiciais. Desses, mais da metade é relativa à Previdência e à Lei Orgânica de Assistência Social, enquanto R\$ 10,4 bilhões são relacionadas ao gasto com pessoal. Outros R\$ 20 bilhões são despesas com decisões judiciais de diferentes temas. Com o limitador anunciado, em 2021 serão pagos apenas R\$ 16 bilhões.

A diferença de R\$ 39 bilhões seria redirecionada para que o programa social possa pagar um valor médio maior que R\$ 200 - o número ainda será definido pelo Executivo, mas não chegará aos R\$ 300 sonhados por Bolsonaro. No caso do Fundeb, a conta não é tão simples. O índice de 5% representa cerca de R\$ 8 bilhões hoje, mas o aumento dos recursos é gradual ao longo dos anos, então seu impacto é diluído.

O limitador de 2% da RCL, segundo uma fonte, foi uma escolha da própria equipe econômica, embora dentro dela também haja críticas ferozes à proposta, inclusive comparando-a a um “calote”. Se a medida avançar, o governo colocará essa despesa no nível mais baixo pelo menos desde 2014, quando foi de R\$ R\$ 19,8 bilhões - cerca de 1,5% da despesa primária da época -, sem atualizar pela inflação.

Bittar disse ao **Valor** acreditar que as ideias devem ter andamento no Congresso. “Todo mundo ganha. Encontramos uma saída menos traumática, com consenso”, disse. “Chegamos à melhor das possibilidades. Não está dando calote [nos precatórios]. O que estamos dizendo é que teve uma pandemia que matou 141 mil pessoas até agora, vai continuar tendo efeitos na economia que serão sentidos no

ano que vem inteiro e há 10 milhões de pessoas que precisam de dinheiro para comer. [Está empurrando] uma parte dessa dívida para frente.”

Bolsonaro não entrou em detalhes da proposta. Fez uma declaração inicial falando da importância de recuperar empregos, atender os chamados “invisíveis” e ao mesmo tempo respeitar o teto de gastos. “Estamos buscando recursos com responsabilidade fiscal e respeitando a lei do teto. O que nós queremos é demonstrar à sociedade, ao investidor, é que o Brasil é um país confiável. Com essas premissas é que nós concluímos aqui o que devemos fazer nos próximos dias, aproveitando esse período antes das eleições para buscar alternativas e colocar o Brasil o mais rapidamente possível de volta à normalidade”, disse ele.

Mas a reação do mercado foi na direção oposta. Diante da percepção de que o governo está partindo para medidas disfarçadas de “contabilidade criativa” para tentar colocar de pé seu programa e driblar o teto, os juros futuros, que tinham passado por dois dias de melhora, voltaram a subir forte na sessão de ontem, assim como o dólar.

Segundo a falar após a reunião, o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), também teve que correr para tentar apaziguar o mercado. Não teve sucesso. Apesar do discurso em defesa do teto, a conversa com cerca de cem investidores foi tratada como “inacreditável” por boa parte do mercado. “Estão transformando dívida em receita para pagar despesa perene”, disse um gestor.

Toda a dificuldade do governo decorre da necessidade de cortar despesas para fazer seu novo programa, imposta não só pelo teto de gastos, mas também pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, um bom sintoma da situação é que Bittar admitiu que chegou a incluir no relatório uma proposta de reversão de benefícios fiscais para financiar o programa, como o Simples e isenção de lucros e dividendos, colocando a nova despesa como “extra-teto”. Mas desistiu da ideia diante das resistências apresentadas principalmente pela equipe econômica.

“Estava pronto para fazer essa argumentação: Quando foi para dar dinheiro para municípios e Estados [petróleo] extra-teto, ninguém reclamou. Quando foi para

elevar em 160% o Fundeb, ninguém reclamou. Agora para criar dinheiro para a sobrevivência de 10 milhões de pessoas não pode ser?”, disse ele. “Mas a linha adotada atende mais o ministro Paulo Guedes, ele não é qualquer ministro, a pasta dele é fundamental, deixá-lo mais confortável, mais senhor, é importante. Então chegamos à melhor das possibilidades”.

Bittar informou ainda que mantém sua decisão de promover a desvinculação do Orçamento, eliminando os pisos de saúde e educação. Mas desistiu mesmo da desindexação, que impediria a correção do salário mínimo e benefícios previdenciários pelo INPC, diante da falta de consenso político. **(Colaboraram Claudia Safatle e Estevão Taiar)**

Saiba Mais

[Analistas veem 'contabilidade criativa' e 'pedalada'](#)

[Dólar dispara e Ibovespa cai mais de 2% com Renda Cidadã](#)

[Truque para fugir do teto alarma tribunal e mercado](#)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Se você tem zumbido faça isso imediatamente

TINNITUS PRO

Dívida pública federal sobe para R\$ 4,41 tri

A alta dos juros ao longo do mês provocou aumento nas taxas de corte dos leilões

Por Mariana Ribeiro e Estevão Taiar — De Brasília e São Paulo

29/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Em um cenário marcado pela maior preocupação de investidores com o rumo das contas públicas, a dívida pública federal subiu 1,56% em agosto, para R\$ 4,412 trilhões. A alta dos juros ao longo do mês provocou aumento nas taxas de corte dos leilões, mas as estatísticas de custo médio seguem em níveis historicamente baixos, destacou o Tesouro Nacional.

De acordo com o coordenador-geral de operações da dívida, Luis Felipe Vital, o cenário foi positivo no mercado externo no mês passado, o que se refletiu na melhora da percepção de risco em vários países emergentes. O cenário doméstico, por sua vez, foi menos favorável. “A gente viu a curva de juros mais uma vez subir, principalmente nos vértices mais longos, ou seja, a curva de juros ganhando inclinação.”

Mas o custo médio das emissões da dívida interna acumulado em 12 meses atingiu 4,85% ao ano, menor valor da série histórica. O custo médio do estoque acumulado em 12 meses também manteve a tendência de queda, chegando a 8,54%.



Ao longo do mês, o Tesouro manteve o ritmo de emissões no mercado doméstico e houve colocação líquida de R\$ 31,9 bilhões, apesar dos vencimentos de títulos indexados a índices de preços. No mês passado, as emissões totalizaram R\$ 114,1 bilhões, o maior valor para agosto desde o início da série histórica, iniciada em 2006. Os resgates ficaram em R\$ 82,2 bilhões.

Os títulos prefixados corresponderam a 77% do total emitido. “As emissões do Tesouro Nacional em agosto favoreceram os títulos prefixados de 6 meses e de 48 meses, dada a atual preferência dos investidores por ativos menos arriscados e mais líquidos no mercado doméstico de títulos públicos”, informou a secretaria em documento que acompanhou a divulgação.

Houve redução do percentual vincendo em 12 meses, que passou de 22,1% em julho para 21,6%. O prazo médio, por sua vez, caiu de 3,94 anos em julho para 3,9 anos em agosto.

Em relação aos detentores, houve aumento da participação de estrangeiros na dívida, que passou de 9,04% em julho para 9,4%. Para Vital, no entanto, trata-se de um aumento pontual. Um fluxo mais consistente, frisou, depende do avanço na agenda de consolidação fiscal.

“É natural que ao longo desse processo, em momentos onde as taxas de juros combinadas com a taxa de câmbio atinjam níveis mais atrativos, a gente possa ter algum fluxo principalmente daquele investidor que tem maior flexibilidade, maior velocidade na tomada de decisão.”

Em São Paulo, TV paga tenta impedir alta de ICMS

Pacote fiscal na Assembleia Legislativa do Estado propõe aumentar alíquota de 12% para 18%

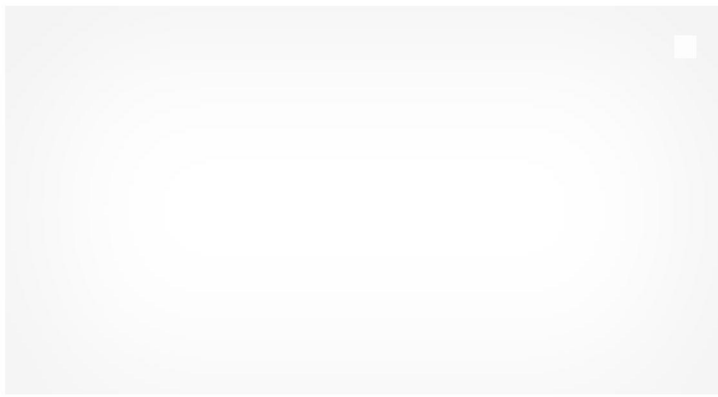
Por **Rafael Bitencourt** — De Brasília

29/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O setor de TV por assinatura tenta derrubar, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), um dos artigos do pacote de ajuste fiscal (PL 529/20), proposto pelo governador João Doria (PSDB). O Art. 24 indica um aumento da cobrança de ICMS do setor, fixado atualmente em 12%. O texto do projeto, que tramita em regime de urgência, prevê a redução dos benefícios fiscais de setores contemplados com cobrança de ICMS em patamar inferior a 18%.

O Estado de São Paulo responde por pouco mais de um terço da base nacional de assinantes, com 5,6 milhões de clientes habilitados em julho. O setor teme que o aumento de ICMS, que em grande parte seria repassado aos usuários, estimule o cancelamento de contratos.

A Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão do Estado de São Paulo alegou que o ajuste na cobrança de ICMS “não é aumento do tributo, mas autorização legislativa para reduzir benefícios fiscais”. O governo estadual informou que cumpre determinação do Tribunal de Contas do Estado para revisão de “todos” os benefícios fiscais concedidos. “É leviano qualquer tentativa de impor à proposta responsabilidade na prática de preços de qualquer setor”, argumentou a secretaria.



Nos últimos dias, a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA) fez um apelo aos deputados estaduais da Alesp, por carta, destacando os riscos do aumento do ICMS para o setor.

O aumento de 10% no valor dos pacotes de TV provoca redução de 19,4% na base de clientes, portanto, sem beneficiar o governo, disse a entidade. “A elevação da alíquota do ICMS do setor em 50%, como propõe o PL 529 [de 12% para 18%], poderia provocar perda e não ganho de receita para o Estado de São Paulo”, reforçou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Se você tem zumbido faça isso imediatamente
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Imecap Hair Max, seu melhor você. Antiqueda+força+brilho
IMECAP

LINK PATROCINADO

Conheça as famosas mais antipáticas (e simpáticas) do Brasil!
REST WOW

Empresa adota nova via e paga ICMS sobre software

Enquanto o STF não define a questão, estratégia blinda companhia de eventuais autuações fiscais

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

29/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





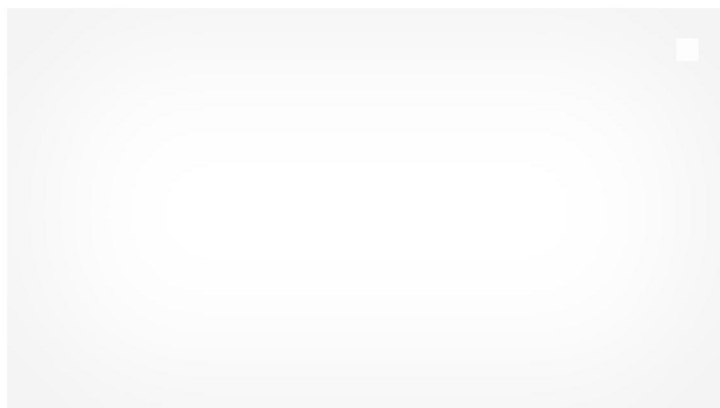
Carlos Navarro: ação vira um conflito entre o Estado e o município — Foto: Claudio Belli/Valor

Uma empresa de tecnologia dedicada ao licenciamento de softwares adotou uma estratégia pouco comum na Justiça para blindar-se de eventuais autuações, enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) não decide se o setor deve pagar ISS ou ICMS. A companhia entrou com uma ação chamada de consignação em pagamento para que o juiz defina se a empresa deve impostos ao Estado ou ao município.

Ao analisar o caso, o juiz Jean Thiago Vilbert Pereira, da 1ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, decidiu pelo pagamento de ICMS, com alíquota de 5%. A do ISS seria de 2%. Esses valores agora devem ser depositados judicialmente (processo nº 1015943-17.2019.8.26.0053).

Apesar de o juiz ter optado pelo ICMS, o advogado que assessora a empresa Mediatech Consultoria em Tecnologia, Carlos Navarro, do Galvão Villani Navarro Advogados, afirma que existem vantagens na estratégia. “Primeiro, o cliente fica em uma situação confortável, já que a ação vira um conflito entre o Estado e o município”, diz.

PUBLICIDADE



A decisão, acrescenta, blinda a empresa de eventuais autuações. Ela deposita judicialmente o ICMS, afirma, e se tiver que reaver valores, em uma eventual decisão do Supremo pelo ISS, bastará resgatar o dinheiro que está na conta judicial. “Será muito mais fácil”, diz o advogado.

A maioria das empresas do setor entra na Justiça para recolher o ISS, com a alegação de que existe previsão expressa na Lei Complementar nº 116, de 2003. Muitas foram beneficiadas por liminares obtidas por entidades de classe, em mandados de segurança. Existem ainda aquelas que simplesmente pagam o tributo - com o risco de serem autuadas pelo Estado.

No caso dessas empresas, segundo Navarro, caso o Supremo decida pelo ICMS, terão que pagar o imposto devido ao Estado e entrar com pedido judicial para restituição dos valores recolhidos de ISS. “Vira um precatório municipal. O contribuinte pode ficar anos na fila para receber.”

No processo, a Mediatech afirma se dedicar ao licenciamento de programas de computação padronizados (software de prateleira) - desprovidos de meios físicos, por meio do chamado cloud computing -, adquiridos de terceiros. E que teria dúvida entre o recolhimento de ISS ao município de São Paulo, conforme a Lei Complementar nº 116/2003 (item 1.05), e o pagamento de ICMS ao Estado, com base na cláusula 3ª do Convênio ICMS nº 106/2017.

Na sentença, antes de definir a questão, o juiz Jean Thiago Vilbert Pereira fez um desabafo: “O Brasil é mesmo um país complicado. O empresário sequer sabe a quem pagar. O presente processo é ilustrativo. Ambos os entes argumentam em várias páginas pela incidência do imposto aos seus cofres. Não há como um país assim se desenvolver. Uma pena”.

Ao tratar do conflito, destaca que existem quatro ações diretas de inconstitucionalidade no STF questionando a incidência de ICMS sobre software (ADI 1945, ADI 5576, ADI 5659 e ADI 5958). Ele acrescenta que também está em andamento um recurso extraordinário (RE 688223), em repercussão geral, que examinará a incidência de ISS sobre contratos de licenciamento ou de cessão de programas de softwares desenvolvidos para clientes de forma personalizada.

Sobre o caso, afirma que a empresa nada mais exerce que um papel de intermediadora para a entrega dos softwares aos clientes, “ainda que a denomine de licenciamento”. “Não há verdadeira customização apta a configurar prestação de serviços”, diz.

Para embasar a opção pelo ICMS, o magistrado cita julgamento antigo do Supremo, que decidiu pela incidência do ICMS sobre o software de prateleira (RE 176626), e liminar em ação direta de inconstitucionalidade (ADI 1945) que declarou a constitucionalidade do artigo 2º, parágrafo 1º, item 6, da Lei nº 7.098/98, do Estado do Mato Grosso do Sul, que tratou da incidência do ICMS, em 2011.

Segundo Ricardo Godoi, do Godoi & Zambo Advogados Associados, que assessora empresas e é advogado da Confederação Nacional de Serviços (CNS) na ADI 5659, a estratégia adotada pela Mediatech é realmente pouco usada. “Porque te obriga a recolher o maior dos valores. Mas com o objetivo de não correr riscos, ela funciona bem”, afirma ele, acrescentando que sentenças favoráveis ao ICMS em São Paulo têm sido reformadas. O Tribunal de Justiça (TJ-SP) tem decidido pelo ISS.

Em nota, a Procuradoria Geral do Município de São Paulo informa que adotará “as medidas recursais pertinentes” quando for formalmente intimada. Ainda afirma que a discussão está pendente no STF e que a decisão se confunde ao dizer que há entrega de software e, por isso, haveria circulação de mercadoria. “Entrega pressupõe o cliente da empresa adquirir a propriedade do software, e não é isso que ocorre no licenciamento de software”, diz.

Na nota, acrescenta que a decisão “se vale de jurisprudência ultrapassada - que já está superada - do STF, uma de 1998 e outra de 2010, desconsiderando decisões mais recentes, como a do RE 651703, julgada em 2016”.

Já a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo afirma em nota que a decisão está de acordo com o posicionamento do governo paulista.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

Futuro do auxílio divide político e economista

Live do Valor discute futuro do auxílio emergencial e impactos fiscais

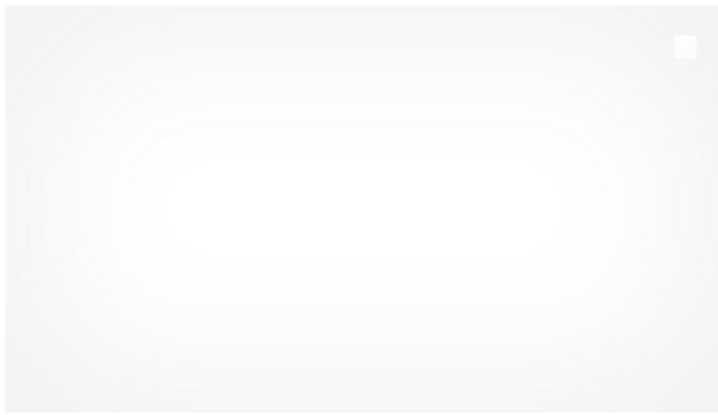
Por **Carolina Freitas** — De São Paulo

29/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O deputado federal André Janones (Avante-MG) defendeu ontem, "Live" do **Valor**, a manutenção do auxílio emergencial no valor de R\$ 600 até o fim do ano, sustentado pela criação de um imposto sobre grandes fortunas e a taxaço de lucros e dividendos. A live discutiu "O futuro do auxílio emergencial e a renda básica", com a participação de Janones e do economista Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculado ao Senado.

Janones trabalha para que o Congresso modifique a Medida Provisória (MP) 1.000, em que o governo federal propõe reduzir o auxílio para R\$ 300 e pagá-lo até dezembro. Para o deputado, o auxílio precisa ser mantido em R\$ 600 até o fim do ano. Já Salto afirmou que o valor precisa ser reduzido, devido ao risco fiscal.

Além da taxaço, Janones afirmou que os recursos para pagar o auxílio com valor integral poderiam vir de cortes de custeio com o Executivo, Legislativo e Judiciário e, até mesmo, com um aumento do endividamento do país. "Estamos discutindo prioridades. Proponho retirar recursos para o auxílio do mesmo lugar que tiram para lagosta para ministros do STF, do cartão corporativo do presidente, do auxílio-moradia para deputados", afirmou. "O que falta no país é priorizar quem precisa de renda. Fontes para recursos têm de sobra. Se o país quiser, é possível sim pagar auxílio a R\$ 600 e construir um programa de transferência de renda permanente", defendeu.



Ado by Teade

Felipe Salto alertou para o déficit fiscal primário previsto para este ano no Brasil, de R\$ 877 bilhões. "O quadro é complicadíssimo. Todos os países do mundo precisaram elevar seus orçamentos temporariamente para enfrentar os efeitos da pandemia, mas temos que ter claro que no Brasil existe uma restrição fiscal", afirmou o economista. "A MP vai na direção correta, de ir diminuindo o benefício. R\$ 300 por mês é muito significativo."

André Janones disse que vai apresentar à Câmara nos próximos dias um projeto de auxílio mensal permanente para a população com valor entre R\$ 400 e R\$ 500 por mês. Segundo o parlamentar, o programa, se aprovado, beneficiaria 30 milhões de famílias e teria custo anual de R\$ 150 bilhões.

O deputado e o economista concordaram que o momento é propício para discutir a criação de uma renda básica, que possa reduzir a desigualdade no país. Para eles, o assunto, que já é tema de estudos e debates há anos, ganhou destaque por causa do auxílio-emergencial.

Salto alertou, no entanto, para o risco fiscal de se criar um programa permanente sem planejar as fontes de recursos. Para o economista, o viável seria um auxílio de R\$ 125 por mês, para 20 milhões de famílias. O custo, segundo Salto, seria de R\$ 30 bilhões por ano. O benefício seria adicional ao Bolsa Família, que hoje tem valor médio de R\$ 193.

Para Salto, é preciso mexer em gasto com pessoal e aprofundar a reforma da Previdência para criar espaço para um programa social. O economista defendeu a manutenção do teto de gastos, embora tenha apontado limitações da medida. Para ele, além do corte de despesas, é necessário que se acione os gatilhos do teto.

Governo insiste em manobra e recurso para educação está em risco, diz especialista

Usar dinheiro do fundo para educação básica seria passar um “corretivo” no que o Congresso aprovou em ampla maioria nas duas casas, segundo diretor do Todos pela Educação

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

29/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A ideia do governo de usar até 5% dos recursos do novo Fundeb para bancar o Renda Cidadã é incompatível com o funcionamento do fundo e sugere que o governo busca uma brecha a partir da lei de regulamentação do mecanismo, diz Lucas Hoogerbrugge, líder de relações governamentais do Todos pela Educação.

“Usar a parte do Fundeb para o Renda Cidadã é muito improvável porque tecnicamente é incompatível com o que foi aprovado na emenda constitucional do Fundeb. Seria passar um ‘corretivo’ no que o Congresso aprovou em ampla maioria nas duas casas”, afirma Hoogerbrugge.

A natureza do Fundeb é diferente da de um programa social porque os recursos são distribuídos diretamente às redes de ensino, não às famílias dos alunos, e servem para custear despesas como a infraestrutura das escolas e os salários dos professores.



De acordo com duas fontes, o grupo de técnicos do Ministério da Economia que lida com o Fundeb não foi consultado nas discussões sobre o Renda Cidadã.

Promulgado pelo Congresso Nacional em agosto, o novo Fundeb, principal fonte de recursos da educação básica, prevê alta progressiva, até 2026, da complementação de recursos pela União de 10% para 23%.

“Colocar o dinheiro novo do Fundeb num programa social é reduzir o dinheiro que foi aprovado para a educação”, observa. Além disso, ele aponta para resistências dos entes federados, em especial os municípios. “No contexto de retomada de aulas presenciais, que vai exigir mais gastos com protocolos sanitários, é ruim dizer para um município que ele perdeu um recurso novo que receberia”, afirma.

Na reta final da tramitação do novo Fundeb, houve a mesma sugestão de usar parte das verbas extras da educação como meio de viabilizar o então Renda Brasil. A manobra segue como aposta do governo porque o Fundeb não está sujeito ao teto de gastos.

Segundo Hoogerbrugge, existe hoje uma comissão no Ministério da Educação (MEC) para discutir a operacionalização do novo Fundeb. O MEC tem sinalizado que será difícil colocar em prática o aumento de recursos já em 2021 se a regulamentação do fundo não passar até outubro.

Entre os técnicos da educação, o debate não inclui a sugestão agora apresentada pelo governo federal, de acordo com Hoogerbrugge. “Os debates estão

concentrados em aumentar o atendimento de creches. Mas o risco é adiar a regulamentação.”

Além dos 10% de complementação hoje já repassados pela União aos Estados - e que serão mantidos -, serão criados dois

mecanismos de repasse de recursos. Também de forma gradativa, haverá aumento de 10,5 pontos da complementação a partir do Valor Aluno Ano Total (VAAT), fórmula que tende a beneficiar municípios hoje não atendidos pelo Fundeb.

A PEC aprovada em agosto estipulou que metade desse montante seja destinada à educação infantil, o que explica a ênfase do debate no MEC sobre creches.

O terceiro mecanismo do novo Fundeb prevê ainda repasse de 2,5 pontos percentuais das novas verbas, a partir de 2023, para as redes que melhorarem a gestão e evoluírem em indicadores de atendimento, aprendizagem e redução de desigualdades.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Se você tem zumbido faça isso imediatamente

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Máquina De Lavar Brastemp 9Kg Com Ciclo Tira Manchas - Bwj09ab 220V

R\$ 1.287,08 - COMPRA CERTA

LINK PATROCINADO

Conheça as famosas mais antipáticas (e simpáticas) do Brasil!

REST WOW

Governo trava reforma tributária até fim da eleição

Governo suspende debate sobre nova CPMF até fim da eleição

Por Raphael Di Cunto e Fabio Murakawa — De Brasília

29/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A proposta de reforma tributária do governo, de desonerar a folha de salários com a criação de um imposto sobre movimentações financeiras, nos moldes da extinta CPMF, só deve ser divulgada oficialmente após as eleições municipais, afirmaram três deputados e um ministro ao **Valor**. O primeiro turno será em 15 de novembro, daqui a 45 dias.

A decisão levou o presidente da comissão da reforma no Congresso, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), a adiar audiência pública que ocorreria com os formuladores técnicos das propostas em discussão. Seria um debate final antes da apresentação do parecer do relator, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O texto não será mais divulgado nesta semana, avisou ele aos integrantes da comissão, e não há data prevista.

O entendimento entre os governistas para adiar a proposta ocorreu ao longo de reuniões no fim de semana e na manhã de ontem. Deputados sugeriram ao governo que o momento era inoportuno, bem no início da eleição, o que faria com que parte dos parlamentares se comprometesse contra o projeto para não haver desgaste na eleição. “Tem muito deputado candidato ou com esposa ou filho candidato. Isso tiraria votos”, disse um líder.

O tema nem entrou em debate no encontro mais ampliado com o presidente Jair Bolsonaro. Esse líder, que falou sob anonimato para evitar ser tachado como defensor da CPMF em plena eleição, justificou que o governo tem um discurso coerente, de substituição dos encargos sobre a folha por outro imposto para criar mais empregos, mas que a oposição distorcerá isso durante as eleições. O próprio Bolsonaro teria sinalizado que o desgaste seria grande para seus aliados.

Deputados dizem que a maioria dos partidos governistas está a favor do projeto, mas que ainda não haveria os 308 votos necessários na Câmara para aprovar o novo imposto. Partidos que costumam votar com o governo, como o DEM, por exemplo, dizem que a derrubada da CPMF no governo Lula é uma vitória da legenda e que não há disposição interna em apoiar a volta do imposto neste momento.

O líder do PSC na Câmara, deputado André Ferreira (PSC-PE), disse que a proposta do governo tem muitas coisas boas, mas que é contra a volta da CPMF - que seria de 0,2% para quem transfere e 0,2% para quem recebe, "dando uma alíquota de 0,4%". "Querendo ou não, cria um imposto. Muita gente não vai ver a desoneração, vai ver esse imposto novo e o momento hoje não é bom", disse.

Ainda não há estratégia desenhada pelo governo sobre como será a atuação da base aliada em relação à PEC 45, que unifica PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS em um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Mas a tendência é travar a discussão até a formalização da CPMF.

Os governistas dizem que há mais consenso sobre outros pontos da PEC que será apresentada, como ampliar a faixa de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física de R\$ 1,9 mil para R\$ 3 mil e diminuir o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e cobrar na distribuição de lucros e dividendos. A imunidade tributária de igrejas sobre as contribuições sociais, como a CSLL, também entraria aí.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS



Por **José Roberto Campos**

José Roberto Campos é editor-executivo do Valor.

Não está bom, mas pode piorar

Municípios e Estados gastam bem mais em educação e saúde do que os pisos constitucionais

29/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Apesar de pisos constitucionais definidos e obrigatoriedade de gastos, o desempenho da saúde e da educação estão ainda muito longe do aceitável. O ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu a unificação dos dois limites, ficando a cargo de Estados e municípios decidirem em qual área aplicar mais ou menos. O senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da PEC do Pacto Federativo e do orçamento de 2021, sugeriu ir além: acabar com a vinculação de ambas, o que também não desagradaria Guedes, que coleciona discursos sobre os três Ds (desvincular, desindexar, descentralizar).

Dois setores vitais para a população e o futuro, saúde e educação não deveriam ficar à mercê de ideias improvisadas em um ambiente nefasto de corte de gastos e penúria de recursos. Os pisos constitucionais foram uma forma encontrada para tentar resolver duas carências históricas do país. É preciso colocar algo melhor no lugar, e com calma.

61,5% dos municípios gastaram mais que o piso obrigatório para educação, e 97,4% mais que o piso para saúde



Ads by Teads

A fusão dos pisos de gastos colocaria mais em risco a educação, do que a saúde, conclui estudo recém-publicado do Ipea¹. O trabalho, porém, surpreende ao mostrar que municípios e Estados gastam bem mais nas duas áreas do que o mínimo obrigatório constitucional (15% com saúde, 25% com educação).

E não se trata de uma meia dúzia de exceções, mas da grande maioria. “Dos 5.480 municípios do país, 3.368 (61,5%) tiveram aplicação em educação no período 2015-2018 superior a 26,25% (5% a mais do que o piso), sendo 5.334 os que aplicaram acima de 15,75% (também 5% acima do piso) em saúde (97,4%)”, registra o estudo. De maneira geral, as despesas acima do mínimo obrigatório foram maiores em saúde do que em educação nos municípios, e maiores para a educação no caso de Estados e União.

Os economistas do Ipea foram examinar de perto a argumentação para unificar os dois pisos, que se resume ao fato dela permitir maior eficiência no gasto. Os 25% de despesas obrigatórias com educação seriam uma camisa de força e um desperdício nos locais com menos crianças e jovens. “Se tal hipótese fosse verdadeira, uma análise das aplicações dos municípios em MDE deveria revelar aplicação muito próxima à aplicação mínima (25%). Mas não é isso o que se verifica”, concluem.

Os números mostraram que a fatia dedicada à educação no orçamento dos municípios se situou até 3 pontos percentuais acima do mínimo e os de saúde, de 5

a 7 pontos percentuais acima. Mesmo no Norte e Nordeste houve diferenças de 3 pontos percentuais acima do piso obrigatório para ambas as áreas.

O trabalho constatou que houve fatia “não desprezível” de municípios que aplicaram 30% em saúde e 30% em educação, caso dos que têm até 500 mil habitantes e dos localizados do Nordeste, Sudeste e Sul. “Em síntese, a grande maioria dos municípios analisados (4.480 em 5.480, 81,8%) tem percentual de aplicação superior a 26,25% em educação (piso + 5%). Assim, não parece razoável que tenham aplicado mais do que o mínimo obrigatório em educação se não precisassem realizar despesas adicionais ao piso constitucional”.

Aonde estaria então o maior risco de perdas para os orçamentos de educação e para os da saúde, na fusão dos pisos? Os gastos com saúde são mais inelásticos que os da educação, logo mais resistentes à diminuição de seu papel em políticas públicas e mais visíveis do ponto de vista político-eleitoral. Mesmo assim, embora em menor escala, reduções nesta área podem acontecer.

Para avaliar o grau de risco, os autores separaram os municípios em que haveria maior possibilidade de queda nos gastos com educação - aqueles em que a diferença entre o gasto feito e o mínimo obrigatório é de até 0,7 ponto percentual e as despesas com saúde ultrapassam folgadoamente o piso. Usaram critério idêntico para a saúde, com outros percentuais (0,4 e 4,3 pontos percentuais, respectivamente).

Possíveis perdas para a educação com a fusão de pisos ameaçariam 951 de 5.480 municípios, com população de 51,9 milhões de pessoas - 25% da população do país em 2018. Sul e Sudeste somam quase metade dos municípios em questão (455), seguidos pelo Nordeste (342). 41% das cidades nesse caso tem mais de 500 mil habitantes e 32% entre 100 mil e 500 mil habitantes.

Os riscos de diminuição dos gastos com saúde afetariam 97 municípios, mais concentrados no Norte e Nordeste e uma população de 2,24 milhões. Seriam mais atingidas áreas municipais com 20 mil a 50 mil habitantes, que já têm pouca infraestrutura para o atendimento.

Nova proposta amplia dúvidas sobre rumo da política fiscal

Plano apresentado pelo governo para financiar Renda Cidadã representa nova tentativa de driblar teto de gastos

Por **Fabio Graner** — Brasília

29/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Apesar da defesa do teto de gastos, o anúncio feito ontem no Palácio da Alvorada, sem direito a perguntas dos jornalistas, apresentou mais um drible no dispositivo constitucional e ampliou os ruídos sobre os rumos da política econômica do governo, em especial a fiscal.

A ideia de destinar até 5% do Fundeb para o novo programa social retoma proposta que foi a público na discussão dos recursos para a educação. Ele não está sujeito ao limite constitucional de despesas e vai mais que dobrar de valor nos próximos anos. O pulo do gato pode estar na vinculação que foi estabelecida no Fundeb de parte ser destinada à primeira infância. Mesmo assim vai ser difícil convencer parlamentares que há pouco rechaçaram tal proposta.

A outra solução, e que tem maior impacto, é a ideia de limitar o pagamento de precatórios da União. A proposta significa uma espécie de moratória dessas dívidas decorrentes de decisão judicial. Na prática, o governo vai empurrar para frente, sem um prazo definido, despesas que não lhe agradam e que estão crescendo muito nos últimos anos.



Em tese, o governo abre um espaço fiscal de R\$ 39 bilhões, se o valor de 2% da Receita Corrente Líquida (RCL) for aprovado e no ano que vem o gasto ficar limitado a R\$ 16 bilhões. Mas esse espaço é, em realidade, uma dívida. Teremos assim, a dívida da dívida, já que o governo terá que colocar essa diferença de R\$ 39 bilhões como um passivo em sua “dívida consolidada”, como bem lembra o economista Leonardo Ribeiro, especialista em contas públicas.

Para ele, a medida pode representar uma violação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ribeiro lembra que para criar uma despesa permanente, o governo precisa fazer uma redução também permanente de outras despesas. E no caso dos precatórios isso não estaria claro, em sua visão, e tem mais jeito de financiamento de gastos com dívida. “Isso gera um risco fiscal. E se o Judiciário não concordar com o acúmulo de dívida que isso vai gerar e mandar pagar?”

Sócio de escritório de mesmo nome, o advogado Luiz Gustavo Bichara diz que a ideia preocupa, já que honrar os precatórios decorre de compromisso constitucional. “Um governo que não paga as suas dívidas (especialmente aquelas decorrentes de decisões judiciais) não pode pretender inspirar confiança”, apontou. Os alertas estão dados.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

As estradas pediram inovação. E o caminhão mais inovador do Brasil já pode ser seu.

Países emergentes emitem mais dívidas

Desde 1º de abril, os países em desenvolvimento levantaram mais de US\$ 100 bilhões nos mercados de bônus internacionais

Por **Jonathan Wheatley** — Financial Times

29/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O apetite dos investidores por títulos de dívida de mercados emergentes, motivado pelas baixas taxas de juros no mundo, tem ajudado a evitar uma catástrofe fiscal nos países em desenvolvimento abalados pelo choque do coronavírus. Analistas alertam, no entanto, para o risco de que os governos desses países, ao tentar sair das dificuldades captando dívidas, possam estar acumulando problemas ainda maiores para o futuro.

Na onda de pânico que dominou os mercados quando a pandemia chegou em março, muitos ficaram preocupados com a possibilidade de os países emergentes mergulhassem em uma crise da dívida como as do fim do século 20.

Em vez de calotes de dívidas, porém, o que se tem visto são mais captações. Desde 1º abril, os países em desenvolvimento levantaram mais de US\$ 100 bilhões nos mercados de bônus internacionais.

“O grau dos receios visto em março e abril quanto à inadimplência das dívidas, que parecia indiscriminado, diminuiu bastante”, disse Stuart Culverhouse, economista-chefe da empresa de análises Tellimer. “Não prevemos problemas sistêmicos para os mercados emergentes.”

Mas outros temem que o impacto de longo prazo da pandemia será difícil de ser absorvido. “Temos visto recuperações em forma de ‘V’ [rápidas] em muitos lugares e

isso tem alimentado o otimismo de que [a pandemia] é [um impacto] isolado, uma questão de poucos meses, que é doloroso no curto prazo, mas que não terá impacto duradouro”, disse Phoenix Kalen, estrategista de mercados emergentes no Société Générale. “Mas, à medida que o tempo avança e vemos mais infecções, mais lockdowns, mais restrições à atividade econômica pelo mundo, começa a cair a ficha do que é a realidade”.

Os danos econômicos já vêm sendo bem maiores do que os previstos, com retrações no Produto Interno Bruto (PIB) de dois dígitos percentuais em boa parte dos emergentes no segundo trimestre.

Em muitos países, as finanças públicas vêm sendo devastadas. Entre janeiro e maio, a Nigéria gastou 72% de sua arrecadação para pagar o serviço da dívida. A África do Sul vê um déficit fiscal de 15% do PIB neste ano, mais que o dobro do previsto antes da pandemia.

“Quase todos os países dependentes de commodities estão na mesma situação”, disse Edwin Ikhuoria, diretor para a África da “One Campaign”, uma campanha de combate à pobreza. “Não há arrecadação entrando.”

Até agora, porém, não se ouvem pedidos de ajuda no que se refere às dívidas. Embora dezenas de países tenham recebido financiamento emergencial do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, os valores em questão em sua maioria são pequenos e só Egito e Ucrânia assinaram novos programas de ajuda com o FMI.

Analistas dizem que o estigma e as condições normalmente exigidas nesses financiamentos multilaterais dissuadem muitos países de buscar tal ajuda. Além disso, os juros internacionais têm dado aos captadores a opção de acessar os mercados, em vez de pedir assistência multilateral.

Muitos já elevaram a carga de endividamento para níveis históricos. A agência avaliadora de risco Moody's prevê que a relação dívida/PIB nos 19 maiores países emergentes aumentará, em média, 10 pontos percentuais neste ano.

Mesmo em um mundo de taxas de juros baixíssimas, os países não podem continuar captando para sempre, alerta Kalen. “Em algum momento, as limitações orçamentárias chegarão a tal ponto que os governos ficarão sem condições de manter seus gastos e pagar os juros”, disse. “Se as dívidas continuarem aumentando nesse ritmo, isso se tornará insustentável.”

Há sinais de que a capacidade de captação dos emergentes já está perto do limite. As taxas de juros nos mercados de dívida local estão em alta. Os investidores estrangeiros vêm perdendo o apetite. Um indicador de fluxos de capital da Capital Economics sinaliza que os países emergentes viram a saída líquida de US\$ 30 bilhões em agosto, o maior volume desde os US\$ 55 bilhões registrados em março, no auge do pânico no mercado.

Para muitos mercados emergentes, o que parece ser uma saída para os problemas, pode não ser nada além de um adiamento.

Want to read more from the FT? Sign up for a free corporate trial for you and your team at: www.ft.com/am730.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso
BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Uma escova perfeita começa com um bom secador. Compre aqui o melhor secador
GA.MA ITALY

LINK PATROCINADO

Quando o zumbido não para faça isso agora

Programa pode entrar no Orçamento mesmo antes de ser criado

Alternativa é relator incluir programa como despesa condicionada à aprovação da PEC Emergencial

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

29/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Renda Cidadã poderá ser colocado no Orçamento da União de 2021, antes mesmo de ser criado. Para isso, bastará que o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, senador Márcio Bittar (MDB-AC), apresente formalmente o seu substitutivo com a proposta de criação do novo programa social do governo, que será financiado com parte dos recursos destinados ao pagamento de precatórios e parte dos recursos do Fundeb.

Bittar, que também é o relator da proposta orçamentária para o próximo ano, poderá colocar o programa como despesa condicionada à aprovação da PEC.

Há um precedente. No ano passado, o relator do Orçamento de 2020, deputado Domingos Neto (PSD-CE), diminuiu a despesa de pessoal da União em R\$ 6 bilhões por conta da redução da jornada e dos salários dos servidores, medida prevista na mesma PEC emergencial que, na época, estava sendo discutida pelos senadores.



Até hoje, a PEC não andou e o governo foi obrigado a refazer a despesa com pessoal deste ano, pois ela ficou subestimada.

Se o relator Bittar seguir a mesma linha, poderá incluir o Renda Cidadã no Orçamento como despesa condicionada.

Nesse caso, como explicaram as fontes consultadas pelo **Valor**, os benefícios do novo programa só poderão ser pagos depois que a PEC e a lei que a regulamentar forem aprovados.

Outra questão polêmica é a decisão do governo em propor a limitação do pagamento anual de precatórios em 2% da receita corrente líquida - o que dá cerca de R\$ 16 bilhões, no próximo ano - para que o governo possa utilizar o espaço que sobrar no teto de gastos para financiar o Renda Cidadã.

A proposta orçamentária para o ano que vem prevê que o gasto da União com o pagamento de precatórios e com sentenças judiciais de pequeno valor será de R\$ 55,5 bilhões. A estimativa para a Receita Corrente Líquida (RCL) da União é de R\$ 804,488 bilhões. Assim, 2% da RCL equivale a R\$ 16,09 bilhões. O espaço aberto no teto de gastos para ser utilizado pelo programa Renda Cidadã, desse modo, seria de R\$ 39,4 bilhões (R\$ 55,5 bilhões menos R\$ 16,09 bilhões).

Não está claro, no entanto, se o governo vai postergar o pagamento apenas dos precatórios, excluindo da medida as sentenças judiciais de pequeno valor, cuja despesa está prevista em R\$ 17,17 bilhões. Só o gasto com precatórios judiciais foi estimado em R\$ 34,94 bilhões. Se essa for a alternativa do governo, o espaço aberto

no teto de gastos para ser utilizado pelo Renda Cidadã seria reduzido para R\$ 18,8 bilhões (R\$ 34,94 bilhões menos R\$ 16,09 bilhões).

Os técnicos consultados pelo **Valor** explicaram que a postergação do pagamento de precatórios vai resultar em um acúmulo de dívida a ser paga pelas futuras gerações. Isso porque o montante anual de precatórios a ser pago pela União é definido pela Justiça, sem interferência do Executivo. Segundo explicaram, a Justiça continuará mandando o governo pagar o que deve, à medida que for terminando o julgamento das ações.

O pagamento de precatórios é uma das despesas da União que mais crescem. Segundo dados levantados no SigaBrasil, do Senado, os gastos da União com precatórios passaram de 0,28% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2012 para 0,32% do PIB em 2019, enquanto que a despesa com sentenças judiciais de pequeno valor subiu de 0,12% do PIB para 0,21% do PIB no mesmo período.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Se você tem zumbido faça isso imediatamente

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Truques simples para ajudar você a aumentar a sua pensão

PENSIONBR

LINK PATROCINADO

Reforma tributária pode acabar com papel isento de impostos

Uma das propostas de reforma tributária em análise no Congresso prevê a extinção do papel imune

Por **Stella Fontes** — De São Paulo

29/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



O potencial encarecimento dos livros no mercado brasileiro na esteira da reforma tributária gerou alertas públicos e mobilizou, nas últimas semanas, diferentes segmentos dessa cadeia produtiva, aparentemente com sucesso já que a futura Contribuição de Bens e Serviços (CBS) não deverá incidir sobre esses itens. Mas ainda existe o risco de que não só livros mas também jornais, revistas e periódicos fiquem mais caros, caso avance a proposta de reforma que prevê a extinção do papel isento de impostos, o chamado papel imune.

Se o papel, matéria-prima para a confecção de produtos editoriais, for onerado, haverá impacto em toda a cadeia, alerta a indústria gráfica. “Se a imunidade cair, o preço final [de todos os produtos editoriais] subirá de 20% a 30%”, diz Levi Ceregato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) Nacional e do Comitê da Cadeia Produtiva do Papel, Gráfica e Embalagem da Fiesp (Copagem). “Neste momento, o esforço deveria ser o de priorizar a cultura e sobretudo a educação, e não tratá-las como produtos supérfluos”, aponta.

A extinção do papel imune, instituído pela Constituição de 1946 com o objetivo de fomentar a educação e a cultura no Brasil, foi recomendada em parecer pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA), relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110 - uma das duas PECs que versam sobre a reforma tributária. Em sua justificativa, o senador diz que a falta de controle efetivo sobre as transações com papel imune gera desequilíbrio concorrencial e a própria indústria gráfica brasileira teria alegado que sofre “graves prejuízos” decorrente de fraudes, conforme exposto em um dos cinco estudos comparativos sobre a reforma tributária disponibilizados pela Câmara dos Deputados.



Mas o pleito de extinção do papel isento de impostos não partiu da Abigraf, entidade que representa 90% da indústria no país e foi surpreendida pela iniciativa do senador. O setor reconhece que o desvio de finalidade - o uso de papel isento de impostos para outros fins que não os previstos na Constituição - ainda é um problema, embora a fiscalização tenha evoluído bastante na última década, mas é contrário ao fim da imunidade.

Por ano, são movimentadas mais de 1 milhão de toneladas de papel isento de impostos no país, comparável a um consumo aparente (considerando-se todos os tipos de papéis, incluindo embalagens e de higiene) de 9 milhões de toneladas em 2019. O volume movimentado, portanto, é relevante e as fraudes crescentes levaram à implantação do Sistema de Registro e Controle das Operações com Papel Imune (Recopi), programa que já trouxe resultados importantes.

Para a Abigraf, tributar o papel usado na impressão de livros, revistas, jornais e periódicos representa um “retrocesso que pode elevar significativamente o preço final destes produtos, dificultando o acesso de milhões de brasileiros à cultura, educação e informação de qualidade”. Além disso, elevaria gastos do próprio governo, que todos os anos compra milhares de livros por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Entidades do setor livreiro, entre as quais Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel) e Câmara Brasileira do Livro (CBL), se manifestaram publicamente contra a tributação dos livros, com apoio de associações que estão na cadeia produtiva do papel, incluindo a indústria gráfica, e conseguiram sensibilizar o Legislativo. Agora, a expectativa é a de que o alerta sobre o papel imune também leve à revisão dos termos propostos para a matéria-prima dos livros.

TCU deve ampliar uso de 'espaço' no teto

Tendência é que custeio de seguro-desemprego e abono seja liberado

Por **Murillo Camarotto** — De Brasília

29/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Guedes e Netto pediram audiência com Bruno Dantas (foto) para tratar do tema — Foto: Ruy Baron/Valor DF

O Tribunal de Contas da União (TCU) deve dar aval para o governo usar espaços no teto de gastos para o custeio de despesas como o seguro-desemprego e o abono salarial. A questão será analisada no dia 7 de outubro, quando o plenário do órgão de controle apreciará o recurso contra uma decisão anterior que dificultava o remanejamento dos recursos.

Na apelação, apresentada pela Advocacia-Geral da União (AGU), o governo reivindica o direito de usar livremente os recursos que sobrarem no Orçamento devido a medidas emergenciais de combate à pandemia. Em agosto, o TCU decidiu que esse dinheiro só pode ser realocado para despesas diretamente ligadas à covid-19.

O entendimento dos ministros foi de que eventual sobra devia ser “direcionada exclusivamente ao custeio de despesas com o enfrentamento da calamidade relativa à pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos e que tenham a mesma classificação funcional da dotação cancelada ou substituída”.

A discussão se deu no contexto de que o governo teria tentado deslocar, para ações de publicidade, recursos então previstos para desembolsos do Bolsa Família. Como os beneficiários do programa passaram a receber o auxílio-emergencial - financiado via créditos extraordinários -, o dinheiro previsto para o Bolsa Família ficou disponível para uso dentro dos limites do teto de gastos.

O TCU entendeu, porém, que operações como essa poderiam configurar descumprimento das regras do teto, visto que, ao fim e ao cabo, o dinheiro sairia dos cofres públicos. Ficou decidido que em situações como essa o remanejamento só poderia ser feito para atender ações ligadas à pandemia sempre “na mesma classificação funcional da dotação cancelada”.

O governo, por sua vez, argumentou que as regras do teto não preveem esse tipo de amarra. Enquanto a área desenvolvimentista chegou a defender o uso dos recursos até mesmo para obras de infraestrutura, a equipe econômica pediu que, ao menos, outras despesas, indiretamente afetadas pela pandemia, pudessem ser custeadas com parte desses recursos.

Um dos exemplos mencionados nos embargos é o seguro-desemprego. “O espaço adicional no teto pode ser consumido, por exemplo, pelo aumento de algumas

despesas obrigatórias submetidas ao crivo do teto”, argumenta o governo. “Nesse ponto, merece destaque o seguro-desemprego, que foi fortemente impactado pela pandemia”, completa o documento da AGU.

Segundo o relatório de avaliação de receitas e despesas do segundo bimestre, os gastos com abono e seguro desemprego passarão de R\$ 59,7 bilhões para R\$ 63,5 bilhões ao fim deste ano, na esteira da extinção de postos de trabalho. “Ademais, outras despesas obrigatórias ou discricionárias poderão ser acrescidas em função da pandemia. Assim, o espaço fiscal no teto poderá ser utilizado para custear despesas dessa natureza”, sustenta o documento.

Diferentemente do que defendia a ala liderada pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, a equipe econômica concorda com alguma limitação para a utilização dessas sobras.

E essa deve ser a linha do TCU, segundo apurou o **Valor**. O órgão não vê problemas em flexibilizar os gastos, desde que fiquem restritos ao universo da pandemia.

“Entende-se não haver irregularidade em se autorizarem novas despesas sem o cancelamento de dotações primárias. Contudo, não se deve perder de vista os pressupostos básicos do Novo Regime Fiscal, a principal âncora fiscal existente no Brasil e os postulados insculpidos na Lei de Responsabilidade Fiscal”, ressalta a peça.

Os ministros Paulo Guedes (Economia) e Braga Netto (Casa Civil) chegaram a pedir uma audiência com o relator do processo no TCU, ministro Bruno Dantas, para tratar da questão. A data do encontro ainda não está confirmada.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

Tesouro estreia em novembro plataforma de pagamento de GRU

Recolhimento de guias poderá ser feito por meio do Pix, dos cartões ou de boletos

Por Talita Moreira — De São Paulo

29/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Tesouro Nacional coloca em operação em novembro o PagTesouro, plataforma desenvolvida para a arrecadação das guias de recolhimento da União (GRU). A partir da nova estrutura, cidadãos e empresas poderão quitar seus compromissos usando o meio de pagamentos instantâneos Pix, os cartões de crédito ou os boletos. Esta é a única das três opções que está disponível hoje.

A integração dos órgãos de governo ao novo sistema será feita de forma gradual. Das 258 áreas ligadas ao Tesouro, cerca de uma dúzia está em fase avançada de preparação para oferecer as novas possibilidades já no primeiro momento - Polícia Federal, Anvisa, Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) são algumas delas. Órgãos menores e menos estruturados deverão levar mais tempo para ficar prontos.

Também há chances de que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se conecte à plataforma em novembro, quando ocorrem as eleições municipais, embora os sistemas não estejam prontos ainda. Caso isso aconteça, os eleitores que não puderem votar terão a opção de pagar a multa sem ter de entrar em uma fila de banco.



No ano passado, foram emitidos 35,2 milhões de GRU, que resultaram na arrecadação de R\$ 120,3 bilhões. É esse o volume de operações que poderá ser impactado pelo projeto. Não entram nesse volumes os impostos.

A mudança pode aumentar a capacidade de arrecadação do governo em algumas situações e vai levar a uma redução no custo-Brasil, mas em dimensões que ainda são difíceis de calcular, afirma Fabiano Maia, coordenador geral de programação financeira do Tesouro. “O principal ganho vai ser no bem-estar do cidadão”, afirma.

Hoje, para pagar uma GRU, é possível emitir um boleto quando o valor é superior a R\$ 50. No entanto, quando as guias ficam abaixo desse piso, é preciso fazer o pagamento no Banco do Brasil (BB), o que significa ir à agência, se a pessoa não for cliente dessa instituição financeira.

O Tesouro Nacional começou a estudar uma modernização da GRU há três anos, e nesse processo acabou incorporando o Pix. O órgão federal, que é um participante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), vai ligar a Conta Única ao meio instantâneo, que será usado nas transações de “débito”.

Em paralelo, o Tesouro lançou um edital para a contratação dos provedores de serviços de pagamentos (PSP), que vão viabilizar transações com cartões de crédito. Os boletos continuarão sendo oferecidos também.

A expectativa é a de que serviços públicos sejam agilizados com o PagTeseuro, já que as operações serão confirmadas automaticamente. As novas ferramentas, em particular o Pix, poderão acelerar o processo de emissão de passaportes ou o encurtar a permanência de um navio no porto (caso ela esteja relacionada ao tempo de compensação de um boleto pago, e não a outras questões). “Há situações em que as cargas ficam paradas por dois dias”, afirma.

Outro efeito pretendido pelo governo é o aumento da segurança nos casos em que os pagamentos costumam ser feitos em dinheiro. O coordenador cita como exemplos os parques nacionais, cujas bilheterias costumam acumular numerário no caixa ao longo de todo o dia para então ser levado ao banco.

Maia afirma que o próprio BB poderá ter redução de custos com a mudança, já que em diversas situações as pessoas têm de ir ao banco para fazer pagamentos de pequeno valor. “Custa cem vezes mais barato arrecadar no mobile do que numa agência, diz.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

As estradas pediram inovação. E o caminhão mais inovador do Brasil já pode ser seu.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Quando o zumbido não para faça isso agora

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Conheça as famosas mais antipáticas (e simpáticas) do Brasil!

REST WOW

LINK PATROCINADO

Imecap Hair Max, seu melhor você. Antiqueda+força+brilho

IMECAP

Texto de relator para PEC não tem dois de três mecanismos defendidos por Guedes

Desindexação e a desobrigação, partes dos três “D” que o ministro da Economia defendia, não foram acatadas

Por **Claudia Safatle** — De Brasília

29/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

No substitutivo da PEC do Pacto Federativo (PEC 186), do relator deputado Marcio Bittar (MDB-AC), constam os gatilhos para o cumprimento do teto do gasto, a criação da Renda Cidadã e seu financiamento com parte dos precatórios e com recursos do Fundeb. Constam, ainda, uma desvinculação parcial de receitas às despesas predeterminadas. Mas a desindexação e a desobrigação, partes dos três “D” que o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendia, não foram acatadas. O presidente Jair Bolsonaro não aceitou a proposta, o que representa mais um desgaste de Guedes.

O projeto determina que enquanto estiverem sendo adotadas as medidas de ajuste, fica suspensa a correção das despesas pela inflação do valor das emendas parlamentares. Essa é, a rigor, a única iniciativa de desindexação na proposta. Se constatado que, durante a elaboração da proposta orçamentária, a despesa obrigatória primária for superior a 95% da despesa primária total, serão adotadas as medidas de ajuste.

Entre as medidas está a redução de até 25% da jornada de trabalho, com redução equivalente do salário tanto para os servidores da União quanto dos Estados e municípios. Para que o Estado ou município se enquadre no limite de gastos com pessoal, a PEC autoriza a exoneração dos servidores não estáveis.



Ads by Teads

Lei complementar vai dispor sobre a sustentabilidade da dívida pública, especificando os níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a gestão da dívida e a trajetória de convergência no montante da dívida com os limites dados.

Pela proposta de Bittar, os pagamentos de precatório e de sentenças judiciais de pequeno valor ficam limitados a 2% da Receita Corrente Líquida (RCL). Assim, tal como sugerido pela pasta da Economia, os recursos originalmente destinados ao pagamento de precatórios passam a financiar o Renda Cidadã. Há quem veja nessa alternativa “um bode” de bom tamanho “na sala”. O texto diz, ainda, que 5 pontos percentuais da complementação da União ao Fundeb, que ultrapassar 10% do total dos recursos, serão destinados ao Renda Cidadã.

O veto do relator à vinculação parcial de receitas públicas “a órgão, fundo ou despesa”, exclui as receitas advindas de contribuições, taxas, doações e empréstimos compulsórios. Do lado dos gatilhos, estabelece que se as despesas correntes dos Estados e municípios superarem 95% das receitas correntes, o governador e o prefeito terão que adotadas as medidas para contenção das despesas. Aqui, por exemplo, cria-se uma regra prudencial, de forma que os administradores dos Estados e dos municípios já possam começar a adotar medidas quando as despesas correntes baterem em 85% das receitas correntes.

O projeto substitutivo do relator cria a “renda básica da cidadania”. O texto diz que a lei vai dispor sobre a “política nacional de estímulo à autonomia econômica das famílias por meio do trabalho, constituída por um conjunto de programas e ações integradas”. Estas vão obedecer as seguintes diretrizes: “redução da pobreza e da extrema pobreza das famílias beneficiárias por meio de transferência de renda; -

Truque para fugir do teto alarma tribunal e mercado

Alternativa para a Renda Cidadã afronta o teto de gastos

Por **Maria Cristina Fernandes** — De São Paulo

29/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

“Se um credor de títulos brasileiros vê que o Brasil está decretando moratória de uma dívida transitada e julgada, com decisão da mais alta corte, que confiança terá na liquidez do país?” Já passavam das 3h da tarde quando Paulo Guedes ouviu de um interlocutor o alcance das medidas anunciadas na hora do almoço. Àquela altura, o dólar já tinha batido os R\$ 5,57 e o interlocutor de Guedes se deu conta de que só naquele momento o ministro havia percebido a barbeiragem da solução encontrada para viabilizar o programa de renda básica.

Em 2009 o Congresso estabeleceu o regime especial de pagamento de precatórios, que criou um teto de 2% da receita corrente líquida de Estados e municípios para sua quitação. Quatro anos depois, o Supremo considerou a mudança no regime de pagamento inconstitucional. Se a Corte tomou a decisão para Estados e municípios não haveria como aceitar uma solução distinta para a União. Se R\$ 55 bilhões por ano de precatórios em tempos de pandemia pareciam exagerados, uma solução poderia ser buscada por acordo, mas não no afogadilho, como aparecera ali. Foi assim que o rastilho de pólvora se espalhou pela oposição, por boa parte da base governista e chegou às redes sociais em letras garrafais: “É calote”!

O ministro do Tribunal de Contas da União Bruno Dantas, capitão da equipe que decretou as pedaladas de Dilma Rousseff foi ao Twitter para acusar as novas roupagens da contabilidade criativa: “Sobre usar o dinheiro dos precatórios,

também parece truque para esconder fuga do teto de gastos: reduz a despesa primária de forma artificial porque a dívida não desaparece, apenas é rolada para o ano seguinte. Em vez do teto [de gastos] estimular a economia de dinheiro, estimulou a criatividade”.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A solução montada para a “Renda Cidadã” já estava fraturada pela metade. A outra não mexeu no mercado mas despertou uma reação do Congresso ainda maior e contaminou as redes sociais. O governo parecia nada ter aprendido com a goleada no Fundeb. Perdeu quando tentou usar o fundo para financiar o Bolsa Família e acabou tendo que aumentar sua fatia mais do que estava acordado. Voltou a reincidir no mesmo erro, desta vez com a Renda Cidadã. “O goleiro que viu passar a bola debaixo das pernas foi pegá-la dentro do gol e a entregou na linha do pênalti para ser goleado de novo”, resumiu uma fonte que acompanha a negociação.

Na tentativa de salvar o teto de gastos, Paulo Guedes só aumentou a desconfiança de que não tem alternativa para mantê-lo. Os mais experientes da base política do governo já perceberam há muito tempo o quão perdido está o ministro. Continuam a dar corda para na expectativa de que Guedes não demore a puxá-la.